

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FLÁVIA HELENA FERRAREZI MOLINA

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA HUNGRIA APÓS O FIM DO REGIME
COMUNISTA SEGUNDO A PERSPECTIVA DA ECONOMIA POLÍTICA
INTERNACIONAL

FLORIANÓPOLIS
2017

FLÁVIA HELENA FERRAREZI MOLINA

**O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA HUNGRIA APÓS O FIM
DO REGIME COMUNISTA SEGUNDO A PERSPECTIVA DA
ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL**

Monografia submetida ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Dra. Patricia F. Ferreira Arienti

**FLORIANÓPOLIS
2017**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,5 à aluna FLÁVIA HELENA FERRAREZI MOLINA na disciplina CNM 5420 – MONOGRAFIA, pela apresentação deste trabalho.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Patrícia Fonseca Ferreira Arienti

Prof. Dra. Brena Paula Magno Fernandez

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

Florianópolis, 2017

“Viajar, num sentido profundo, é morrer. É deixar de ser manjerico à janela do seu quarto e desfazer-se em espanto, em desilusão, em saudade, em cansaço, em movimento, pelo mundo além.”

(Miguel Torga)

RESUMO

A Guerra Fria marcou profundamente a história do leste europeu. Após quatro décadas de ditadura comunista, a região se viu frente a diversos novos desafios consequentes do processo de reabertura democrática possibilitado a partir de 1990, com a queda da União das Repúblicas Soviéticas e consequente fim do conflito ideológico. Neste sentido, mais do que um conceito, a globalização foi um fenômeno extremamente relevante no sentido de moldar a forma como tais países buscaram agir no cenário internacional e, por conseguinte, na determinação do contexto percebido atualmente. Neste sentido, o presente trabalho foca-se na trajetória vivida pela Hungria durante tal período de transição e consolidação do modelo de livre mercado com o objetivo de analisar o desenvolvimento econômico e político do país após o término do regime comunista e sua posterior adesão à União Europeia abrangendo, mais especificamente, o período entre 1990 e 2015. Para tanto, foram usados aportes teóricos trazidos pelos conceitos desenvolvidos pelo estudo da Economia Política Internacional, assim como pelas Teorias da Interdependência Complexa e de Integração.

Palavras chaves: Hungria; União Europeia; Economia Política Internacional; Globalização; Interdependência Complexa; Teoria da Integração

ABSTRACT

The Cold War marked profoundly the history of Central and Eastern Europe. After four decades of communist dictatorship, the region was faced with several new challenges resulting from the process of democratic reopening made possible in 1990, with the collapse of the Union of Soviet Republics and the consequent termination of ideological conflict. In this sense, more than a concept, globalization was an extremely relevant phenomenon in the sense of shaping the way in which such countries sought to act on the international scene and, therefore, in determining the context perceived today. In this sense, the present work focuses on the trajectory experienced by Hungary during this period of transition and consolidation of the free market model with the objective of analyzing the economic and political development of the country after the end of the communist regime and its subsequent adherence to the Union. The theoretical contributions made by the study of the International Political Economy, as well as by the Theory of Complex Interdependence and Integration, were used for this purpose.

Key-words: Hungary; European Union; International Political Economy; Globalization; Complex Interdependency,

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa do Continente Europeu	12
FIGURA 2 – Divisão Política Entre os Países Comunistas e Capitalistas Existente na Europa Durante a Guerra Fria (1945 a 1989).....	32
FIGURA 3 – Crescimento do PIB versus Inflação Húngara entre 1992 e 2000	45
FIGURA 4 - Crescimento Anual do Produto Interno Bruto Húngaro entre 1992 e 2015	52
FIGURA 5 - Comparação Entre As Taxas De Crescimento Do Produto Interno Bruto Da Hungria E Da Polônia Entre 2000 E 2015, em percentagem	53
FIGURA 6 - Saldo da Balança de Pagamentos Húngara de 1990 a 2015, em bilhões de dólares	55
FIGURA 7 - Fluxo de Investimento Direto Externo entre 1990 e 2015 em bilhões de dólares	57
FIGURA 8 - Taxa de Desemprego da Hungria em Comparação com os demais Países da Zona do Euro de 1991 a 2015, em percentagem.....	58

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	8
1.2 OBJETIVOS.....	10
1.2.1 Objetivo Geral	10
1.2.2 Objetivos Específicos	10
1.3 JUSTIFICATIVA	10
1.4 METODOLOGIA	13
1.4.1 Estrutura da Monografia.....	13
2 O SISTEMA INTERNACIONAL INTERDEPENDENTE: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS.....	15
2.1 A ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL: ESTADO E ECONOMIA	15
2.1.1 O Papel da Globalização.....	17
2.1.2 A Interdependência Complexa.....	19
2.1.3 Teorias De Integração.....	22
2.2 A NOVA ECONOMIA GLOBAL: O EXEMPLO EUROPEU.....	26
3. A QUEDA DOS REGIMES COMUNISTAS NA EUROPA	30
3.1 UM PANORAMA GERAL	30
3.2 O CONTEXTO HÚNGARO	34
3.2.1 O Regime Comunista Húngaro: de 1949 a 1989	35
4 A REABERTURA DEMOCRÁTICA: DE 1990 A 2004.....	41
4.1 A CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO: 1990 A 1994.....	41
4.2 O PERÍODO DE ESTABILIZAÇÃO: DE 1994 a 2004	44
5 UMA ANÁLISE ECONÔMICA E POLÍTICA DOS IMPACTOS PÓS-UNIÃO EUROPEIA	50
5.1 INDICADORES ECONÔMICOS	50
5.2 IMPACTOS POLÍTICOS	59
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS	65

1 INTRODUÇÃO

O fim da Guerra Fria permitiu a reabertura de canais de comunicação não só entre os países, como entidades autônomas, mas também entre as sociedades e os demais agentes internacionais não-estatais – como empresas e organizações não governamentais – que passaram a ganhar cada vez mais espaço na composição das agendas internacionais. Reflexo de um amplo processo de modernização e flexibilização, a queda da cortina que delimitou o movimento de integração para dentro das fronteiras ideológicas durante os 40 anos de conflito, foi, mais do que uma figura de linguagem, um fator determinante para a construção do sistema internacional como o vemos hoje. Nesse sentido, a trajetória da Hungria é um excelente caso de estudo do significado o processo de abertura econômica e política vivido durante a década de 1990 nos países do leste europeu.

O aprofundamento do processo de globalização encurtou distâncias, aumentou exponencialmente o volume de circulação de mercadorias, capitais e pessoas e, conseqüentemente, criou desafios consideráveis aos países recém-saídos do regime comunista. No entanto, para entender a fundo o cenário europeu que hoje nos é apresentado nas relações internacionais é preciso ir além dos panoramas gerais e levantar as particularidades de cada país que, no transcorrer dos anos, mostraram-se determinantes para a construção do cenário atual. Assim, é com este intuito que este trabalho busca aprofundar a pesquisa para dentro das nuances observadas nos últimos 25 anos de redemocratização húngara.

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

O território em que hoje se encontra a Hungria carrega centenas de anos de grande importância para a formação do continente europeu. Sua posição geográfica privilegiada foi alvo de inúmeras invasões durante o curso da história e, ainda atualmente, é questão relevante nos debates em torno da geopolítica mundial. Apesar de possuir proporções territoriais e econômicas menos expressivas se comparadas à abrangência alcançada durante a era medieval, o país continua a exercer papel chave no tocante à integração e à estabilidade europeia por estar situado em meio a um complexo e diverso entrelaçamento centro-europeu de cooperações políticas, econômicas e sociais¹.

¹ MAGYARICS, 2011

Tal complexidade percebida no cenário europeu não é algo recente. Palco de duas grandes guerras e diversos conflitos, o continente europeu foi marcado por uma mudança significativa em relação a como as noções de estabilidade e cooperação ganharam relevância dentro do posicionamento dos países em relação a seus vizinhos. Neste sentido, o final da Guerra Fria, em 1989, teve papel fundamental no tocante à aproximação dos Estados em torno de interesses comuns. Se, por um lado as barreiras ideológicas deixaram de ser empecilhos, por outro, a pressão promovida pelos avanços tecnológicos tem também grande relevância neste contexto. Como afirma Sato (2000), o enquadramento ideológico, apesar de ser uma noção bastante fluida, é condicionante central para qualquer avaliação estratégica de ação tanto no contexto interno quanto no externo². Assim, a reabertura dos países comunistas ao livre-comércio, acompanhada por um processo de redemocratização política, criou bases comuns para que os países agissem no sentido de criar ou fortalecer acordos de ganho mútuo. Neste cenário, porém, a expansão tecnológica – tanto dos meios de produção quanto dos meios de comunicação – agiu como fator acelerador das mudanças e contribuiu para o aprofundamento dos laços (ou interdependências) entre os países.

Tal entrelaçamento cresceu para além das limitações regionais encurtando distâncias e ganhando, assim, proporções globais para tornar-se o que hoje conhecemos por *globalização*. Resumida em termos de internacionalização de setores como a produção, os investimentos, os fluxos financeiros, as comunicações e o trabalho³, o fenômeno da globalização aprofundou-se desde no final do século XX em diante. Com isso, acabou por trazer novos elementos ao processo decisório dos países que tiveram impacto determinante sobre o desenvolvimento econômico e político de cada um deles⁴ assim como sobre o posicionamento e a definição das agendas internacionais. Logo, é possível perceber que os meios de internacionalização vieram a introduzir novos fatores de complexidade ao cenário internacional europeu – e global, de forma geral – pois acabaram por distorcer as linhas que separavam os campos do doméstico e do internacional. A vista disto, os conceitos trazidos para o estudo das relações internacionais pela Economia Política Internacional (EPI) e pelas Teorias de Integração são de grande auxílio no sentido de fornecerem suporte teórico para a compreensão dos fenômenos observados, mais especificamente, na Hungria como país da região centro-leste da Europa recém-saído do regime comunista.

² SATO, 200, p, 140

³ WATT, 2008

⁴ PEREIRA; CINTA, 2014

É diante deste contexto que o presente trabalho propõe-se a analisar a experiência econômica vivida pela Hungria após a mudança de regime pelo qual passou o país a partir da última década do século XX. Ao apresentar fatores históricos e dados da economia húngara entre os anos 1990 e 2015, será possível analisar os impactos que o processo de transição teve sobre o país, assim como tentar entender como a entrada deste na União Europeia foi relevante sobre as decisões econômicas e políticas tomadas. Há, assim, a preocupação em considerar a dinâmica do desenvolvimento no contexto do sistema internacional como um todo e compreender a relação entre as fronteiras de análise do doméstico e do internacional como determinantes na economia húngara, assim como analisar o Estado em relação à estrutura internacional como sendo um processo dinâmico. Isso tudo sob a perspectiva das teorias de Economia Política Internacional e da Globalização, com o propósito de cumprir os objetivos, geral e específicos, abaixo elucidados.

1.2 OBJETIVOS

Nessa sessão do trabalho serão apresentados o objetivo geral do trabalho e os objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o desenvolvimento econômico da Hungria após a saída do regime comunista e a entrada do país na União Europeia abrangendo, mais especificamente, o período entre 1990 e 2015.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos, que darão subsídios à consecução da pesquisa, são:

- a) Apresentar os fatores históricos que envolveram a redemocratização da Hungria no final da década de 1980 e sua progressiva integração política e econômica ao Bloco Europeu;
- b) Analisar os resultados econômicos apresentado pelo país após o fim do regime comunista até a metade da segunda década do século XXI;
- c) Entender como a entrada do país na União Europeia impactou a economia atual húngara sob a luz das teorias da Interdependência complexa e da Integração.

1.3 JUSTIFICATIVA

Desenvolvimento econômico, representatividade política, conflitos regionais, avanços tecnológicos, bem estar social, globalização. Todos estes são termos recorrentes tanto nos

noticiários contemporâneos quanto nos mais variados campos de estudo das Relações Internacionais. Tornou-se evidente que instabilidades vividas dentro de determinado contexto doméstico podem ganhar proporções regionais e, até mesmo globais, dependendo do número e do grau de interligações que tal Estado possui com os demais. Exemplos como a *Crise do Subprime* nos Estados Unidos – pontapé para a crise fiscal e monetária global em 2008 – ou o movimento da Grã Bretanha para sair da União Europeia, conhecido como *Brexit*, ilustram tamanha complexidade existente no sistema internacional.

Tal quadro não se prova diferente no caso húngaro. Em meio à intrincada conjuntura europeia, a Hungria é testemunha de uma história riquíssima e de um presente bastante desafiador que merecem mais destaque no meio acadêmico. Neste sentido, os desafios oferecidos pela língua e pelo pequeno volume de artigos e estudos disponíveis à comunidade internacional tiveram de ser superados durante o decorrer deste trabalho na busca de cumprir os objetivos aos quais se dispôs a pesquisa. Assim, ao analisar o contexto político e econômico dos 25 anos que se seguiram à mudança de regime húngaro nos anos 1990, buscou-se ir além da teoria e levar ao centro do debate um país com particularidades históricas pouco conhecidas e importante papel no que concerne ao continente como um todo.

Conforme afirma o Professor Tamás Magyarics (2011), embaixador húngaro na Irlanda, após a Guerra Fria, a segurança e a estabilidade da Europa dependiam, em grande parte, da segurança e da estabilidade da região Sudoeste do continente, isto é, a região dos Balcãs e, conseqüentemente, da Hungria:

Existem pelo menos três esferas nos quais as políticas da Hungria vis-à-vis o Sudeste da Europa manifestam-se. Primeiro, a integração euro-atlântica deve ser mencionada. Para a comunidade atlântica a criação de uma Europa unida, segura e estável é um interesse essencial. (...) A segunda esfera, naturalmente, é a Europa Central no sentido mais amplo. A Hungria, por causa da sua posição geopolítica, tem de ser aberta em todas as direções na região. Em resumo, a Hungria está situada no meio de um complexo e diverso entrelaçamento centro-europeu de cooperações políticas, econômicas e sociais. (...) A terceira esfera é das relações bilaterais. O Sudeste da Europa é uma das áreas estratégicas da IDE (Investimento Direto Estrangeiro) e do comércio estrangeiro húngaro, embora Budapeste tenha de enfrentar uma competição sempre crescente – principalmente Austríaca. Todas as estratégias da política externa húngara consignaram o país a apoiar e aumentar as oportunidades e a presença comerciais no Sudeste da Europa – até com assistência governamental se for preciso (MAGYARICS, 2011 p.2).

Consoante o que foi exposto por Magyarics, é preciso ter claro um panorama geral da Europa e como a Hungria se insere neste cenário. Assim, o aspecto geográfico é fator inicial de contextualização já que, conforme ilustra o mapa abaixo, o país localiza-se na região central do continente e faz fronteira com sete outros países, o que pode gerar instabilidades não só em termos de segurança, como também em termos econômicos e políticos.

FIGURA 1 – Mapa do Continente Europeu



Fonte: MARTINELLI, 2003

Assim, para ir além das questões territoriais e compreender a importância do contexto húngaro no continente como um todo do ponto de vista geopolítico, este trabalho usará como aporte conceitos fundamentais trazidos pela Economia Política Internacional ao processo de análise da história recente do país. Diante disso, a relevância acadêmica deste estudo mostra-se evidente. Compreender o caminho econômico traçado pela Hungria após a complexa fase de transição de um regime comunista centralizado para um Estado democrático capitalista, assim como analisar a relação deste no desenvolvimento político nacional, têm importância chave para compreender os temas que ainda hoje abalam a estabilidade da região leste europeia e do continente como um todo.

1.4 METODOLOGIA

A fim de cumprir os objetivos propostos no trabalho, tanto o geral quanto os específicos, a pesquisa trará uma abordagem qualitativa e quantitativa⁵ dos dados apresentados optando por um método de investigação científica de caráter subjetivo do tema ao estudar as particularidades vividas pelo cenário húngaro dentro dos 25 anos abordados no trabalho. Almeja-se, portanto, descrever a evolução econômica e política observada pela Hungria entre 1990 e 2015, assim como observar quais foram os impactos trazidos pela adesão do país à União Europeia em 2004.

Para condução do estudo de forma completa, e com o intuito de aprofundar a análise, a abordagem da pesquisa terá cunho qualitativo. Isto é, será feita um estudo dos dados relacionados ao desenvolvimento da economia e da política húngara após o fim do período comunista, no início da década de 1990, até meados da segunda década do século seguinte com base nos fundamentos trazidos pela teoria de Economia Política Internacional e pela Teoria da Integração com o intuito de descrever e analisar os dados indutivamente. Sendo assim, o estudo poderá ser caracterizado tanto como bibliográfico quanto documental. Trata-se de um trabalho bibliográfico no sentido de que se propõe a realizar um levantamento de fontes secundárias relacionadas aos contextos político e econômico vividos pela Hungria a partir dos anos 1990, isto é, fará um levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web e sites ou mesmo palestras sobre o tema. Já no tocante ao aspecto documental da pesquisa, esta contará como o uso de fontes primárias, como documentos oficiais da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional, os quais são, em sua maioria, relatórios técnicos que ainda não receberam tratamento analítico⁶.

1.4.1 Estrutura da Monografia

A fim de organizar o trabalho e facilitar a compreensão do tema e dos objetivos propostos, a monografia será estruturada em quatro blocos compostos por um total de seis capítulos. O primeiro e o segundo capítulos do trabalho tratarão de aspectos introdutórios do tema de análise, abordando, respectivamente, o método de pesquisa e o referencial teórico usados como base para o desenvolvimento da escrita. Dentre os conceitos acadêmicos usados, serão apresentadas noções trazidas pela disciplina de Economia Política Internacional e pelas Teorias de Integração e da Interdependência Complexa.

⁵ GIL, 1994

⁶ MARCONI; LAKATOS, 2007

O terceiro capítulo, por sua vez, trará um aporte histórico do período soviético no leste europeu apresentando, de forma geral, a trajetória do regime na URSS assim como as particularidades do governo comunista húngaro a fim de entender como estes vieram a impactar o cenário econômico e político dos anos que se seguiram ao processo de reabertura democrática vivido pela Hungria a partir de 1990. Os dois capítulos seguintes intitulados “A REABERTURA DEMOCRÁTICA: DE 1990 A 2004” e “UMA ANÁLISE ECONÔMICA E POLÍTICA DOS IMPACTOS PÓS-UNIÃO EUROPEIA” se destinarão ao desenvolvimento da pesquisa propriamente dita e assim apresentação os dados coletados e a elaboração das análises referentes ao 25 anos de abertura nacional ao livre mercado e ao cenário internacional globalizado, para com isso, responder os objetivos propostos. Por fim, o trabalho conta com as principais conclusões da pesquisa.

2 O SISTEMA INTERNACIONAL INTERDEPENDENTE: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Para aprofundar a análise do contexto que este trabalho se propõe a investigar é necessário usar como suporte o bom entendimento de conceitos fundamentais para o estudo das Relações Internacionais: a Economia Política Internacional (EPI), a Globalização e a Interdependência Complexa. Dentro da conjuntura mundial observada nas últimas três décadas, tais conceitos trabalhados a seguir têm papel chave na tentativa de entender como os diversos agentes do sistema internacional impactam sobre as relações entre os Estados Nacionais, assim como também sobre as interações vividas a nível doméstico.

Desta forma, este capítulo procura elucidar as principais concepções teóricas a serem aplicadas futuramente na análise da economia húngara entre os anos de 1990 em 2015. Como forma de organização, ele será dividido em duas partes, sendo que, a primeira parte busca levantar conceitos teóricos como a relação entre Estado e Mercado – debatida na teoria de EPI –, a visão de Keohane e Nye sobre a Interdependência Complexa, o conceito de globalização e uma breve explanação sobre as Teorias de Integração. A segunda parte, por sua vez, irá tratar de forma concisa a criação da União Europeia e o seu crescimento como mercado comum.

2.1 A ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL: ESTADO E ECONOMIA

Como trazido por Benjamin Cohen, na obra *International Political Economy* (2008), tanto a Economia quanto a Política sempre fizeram parte dos debates de Relações Internacionais (RI), no entanto, a Economia Política Internacional como disciplina de estudo propriamente dita dentro do *main stream* das RI nasceu há poucas décadas⁷. Antes dos anos 1970, a ciência econômica e a ciência política eram tratadas como disciplinas distintas⁸ no estudo acadêmico do Sistema Internacional (SI), porém, a escola da EPI, como a própria denominação sugere, funde duas grandes trajetórias e tradições acadêmicas trazendo novas perspectivas sobre temas como poder e moeda entre os Estados no contexto internacional. Busca-se, desta forma, o tratamento binomial de temas como: integração regional, relações econômico-comerciais, finanças internacionais, doutrinas e ideologias econômicas e organismos multilaterais⁹.

⁷ COHEN, 2008, p. 197

⁸ Vale lembrar que a perspectiva marxista, já no século XIX, levantou a dialética entre economia e política ao contestar o modo de produção capitalista pautado nas relações entre os estados nacionais e o capital financeiro.

⁹ CASTRO, 2012

Susan Strange foi uma das primeiras a escrever, no artigo chamado *International Economics and International Relations: A Case of Mutual Neglect* de 1970, dando destaque ao surgimento de novas formas de interação dentro do sistema internacional que desafiavam as teorias clássicas de estudo das Relações Internacionais: ela problematiza a perda de importância dos atores até então considerados os mais relevantes dentro do SI, isto é, os Estados. Strange, em 1970, apontou uma tendência à superação do sistema interestatal, na direção do aparecimento de novas formas de articulação política que já não tivessem os Estados como centro. E, por isso, ela destaca que seria necessário começar a prestar atenção na economia; ou seja, era necessário trazer a economia para dentro da análise do SI¹⁰.

Neste mesmo sentido, Joseph Nye e Robert Keohane apresentam no artigo *Power and Interdependence*, de 1977, o que ficou conhecido como Teoria da Interdependência Complexa trazendo a ideia de que o crescimento da economia está derrubando fronteiras e tornando os países cada vez mais interdependentes entre si, ou seja, assim como Susan Strange, os autores contestam o poder e a autonomia do Estado dentro do SI. Isto é, processos dinâmicos de integração articulam as relações internacionais e, nessa perspectiva, é possível compreender como conflitos entre Estados muitas vezes subsidiam o surgimento da cooperação internacional e impõem ao não uso da força no sentido de garantir seus objetivos e manter as relações de poder¹¹.

Robert Gilpin, na obra *The Political Economy of International Relations*, de 1987, é outro autor que problematiza o estudo da economia internacional com o aporte das ciências políticas, discutindo assim a existência paralela e a interação recíproca do Estado e do Mercado como criadoras, no mundo moderno, da “economia política”. Assim, segundo as palavras do autor, este “conceito”, isto é, esta nova forma de pensamento do contexto moderno deve partir de uma “mistura eclética de métodos analíticos e das perspectivas teóricas¹²”. A Economia Política Internacional, segundo a definição de Gilpin, se interessa pelas causas e efeitos da economia mundial de mercado, como, por exemplo, a existência de estruturas globais de produção, distribuição e consumo, e pelas relações entre mudanças econômicas e mudanças políticas. Com isso, ela possibilita a quebra da distinção clássica entre o internacional e o doméstico, entre a política e a economia, ou seja, há uma

¹⁰ FIORI, 2005

¹¹ COSTA, 2011

¹² GILPIN, 2002, p. 26

preocupação em considerar a dinâmica do desenvolvimento no contexto do sistema internacional como um todo¹³.

Dentre os temas mais relevantes do estudo da teoria de EPI, dois aspectos recebem destaque: o vínculo entre as mudanças econômicas e a política; e o significado de uma economia de mercado globalizada para as economias nacionais. Assim, abalos econômicos e alterações políticas são apresentados como elementos mutuamente influentes, de forma que fatores políticos estão associados a assuntos econômicos tanto em sua natureza quanto na expressão – mesmo que em diferentes níveis – das consequências de mudanças estruturais¹⁴. Como afirma Fiori (2005), por mais divergente que seja o posicionamento dos autores e estudiosos da EPI, é possível definir como proposições centrais de estudo as relações entre nacional e internacional, entre Estado e capitalismo e, conseqüentemente, as relações de poder. Em palavras gerais, o poder político, organizado na forma de Estado, dá-se pelo desenvolvimento do capitalismo, pois não há relações econômicas, de consumo e/ou de produção, que não envolvam relações de poder entre os agentes¹⁵.

2.1.1 O Papel da Globalização

Aliados ao surgimento do campo da EPI, os estudos sobre a Globalização surgiram a partir da observação de vários conjuntos de fenômenos que chamaram a atenção dos pesquisadores a partir da década de 1970, como a emergência de uma economia que utilizasse novos padrões de produção, circulação de capitais, consumo e integração a nível mundial¹⁶. Apesar do conceito de globalização estender-se a diversos outros aspectos domésticos como a política e a cultura, o mesmo aparece quase sempre associado a questões econômicas relacionadas ao sistema de mercado capitalista. Nas palavras de Gonçalves (2003, p. 608), a globalização avançou rapidamente por meio de fatores como a internacionalização das produções, dos bens, dos mercados e dos capitais; com o movimento de desregulamentação desencadeado nos EUA e no Reino Unido; com as privatizações, a intervenção das empresas multinacionais e a multiplicação das trocas internacionais¹⁷.

Dentre os principais componentes das mudanças trazidas pelo processo de globalização econômico a “mundialização da atividade empresarial”, tanto na área industrial como na área de serviços – sobretudo por meio do papel das grandes corporações

¹³ MELLO, 1999, p. 161

¹⁴ Ibidem, p. 165

¹⁵ FIORI, 2005, p. 15

¹⁶ ROBINSON, 2017

¹⁷ GONÇALVES 2003, apud FERREIRA, 2006

transnacionais (CTNs) – tem impacto-chave nos pilares em que estão sustentados a produção e o comércio internacional. Este processo, acelerado especialmente após a Segunda Guerra Mundial, tem sido pautado por uma forte expansão dos fluxos de comércio internacional e de capitais, os quais, por sua vez, têm base de apoio em fatores como: o progresso tecnológico, a diminuição das restrições quantitativas e de tarifas aduaneiras no comércio global e na crescente liberalização do movimento de capitais. Sendo assim, devemos ter em conta que o aumento do peso das exportações de países como Polônia, República Checa e Hungria no tocante às exportações mundiais se relaciona fortemente a sua crescente integração na economia mundial, sobretudo, com o fim do Bloco Soviético no período pós-Guerra Fria¹⁸. O comércio tem se tornado cada vez mais o entrelaçamento de redes de produção de bens e serviços organizadas globalmente, o que faz com que, enquanto os Estados tentam tornar seus territórios mais atraentes, eles não são mais capazes de ditar a estrutura destas redes de produção global. A inclusão ou exclusão de uma região ou país depende, em grande parte, da decisão de agentes privados¹⁹.

Outro aspecto muito relevante dentro deste contexto é a globalização financeira:

Os mercados financeiros globais têm desempenhado um papel importante na construção da estrutura e da dinâmica da emergente ordem político-econômica. Alguns autores acreditam que é na área financeira que a globalização tem sido mais intensa, e que esta é a grande novidade do capitalismo no final do século XX. Desenvolvimentos tecnológicos nas comunicações também ajudaram a globalizar as finanças: hoje, existem moedas globais, bancos globais, assim como um sistema de crédito global. (...) As finanças se tornaram separadas da produção, e são hoje um poder independente, o que significa a preponderância de interesses financeiros imediatos sobre considerações de desenvolvimento a longo-prazo. Os mercados financeiros estão adquirindo uma crescente autonomia em relação aos Estados: o capital move-se de um país ao outro em busca do retorno máximo, afetando a capacidade de os Estados administrarem suas economias. O poder de controle dos bancos centrais sobre o valor de suas moedas é reduzido, o que limita a eficácia das políticas monetárias e fiscais dos governos. Com os capitais especulativos, há menos controle sobre taxas de câmbio, e uma maior volatilidade cambial. Fred Block fala da “ditadura dos mercados financeiros internacionais”: todo Estado que iniciar uma política julgada inapropriada será punido pela desvalorização de sua moeda e pelo acesso dificultado ao capital. (...) Hoje, a globalização financeira tende a promover uma crescente “internacionalização” dos Estados (MELLO, 1999 p 166).

¹⁸ FERREIRA, 2006

¹⁹ MELLO, 1999

Conforme cresce a globalização do capital, seja na esfera do comércio de bens, seja no setor financeiro, ou no ambiente internacional de trabalho criado pelas corporações transnacionais, cresce também o desafio que os governos têm de enfrentar para absorver as vantagens e rebater os efeitos negativos trazidos pela globalização para dentro de seus países. É neste contexto que se observa como os Estados estão “expostos” à forma que interagem com os demais dentro do cenário internacional, criando relações de “dependência mútua” de diferentes níveis que podem ser mais ou menos vantajosas dependendo das capacidades de cada agente. Diante disso, pode-se inferir que uma das formas que os estados têm de enfrentar as dificuldades deste sistema capitalista global é através da união de interesses, por exemplo, regionalmente. E é assim que o primeiro bloco econômico regional aparece na Europa, em 1957 com a criação em da Comunidade Econômica Europeia, o que permitiu que a Europa agregasse capital e mantivesse a paridade tecnológica com os Estados Unidos e o Japão, mantendo-se fonte e destino de capitais no mercado globalizado²⁰.

2.1.2.2 A Interdependência Complexa

Nas palavras de Robert Keohane e Joseph Ney (1977), tal dependência criada por esse processo globalizante se traduz em termos de que um Estado pode ser afetado parcial ou significativamente por forças externas ao seu arcabouço – político ou econômico – doméstico. Este conceito, trazido pelos autores na obra *Poder e Interdependência: A política mundial em transição*, levanta a ideia de que o poder internacional tem várias dimensões e não exclusivamente a da segurança dos Estados, como destaca a visão da escola realista²¹ dentro do estudo das Relações Internacionais. Isto é, em termos simplificados, a relação de dependência mútua entre os países é proveniente de efeitos recíprocos derivados de ações de agentes estatais e não-estatais que ultrapassam as fronteiras nacionais²².

Para Keohane e Nye nem todas as interações internacionais são realizadas por governos ou instituições intergovernamentais o que retira do Estado a alçada de “único ator relevante dentro de sistema internacional anárquico”. Desta forma, o conceito de Interdependência, nas palavras dos autores, remete a “situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em diferentes países”. Isto é, os autores reconhecem

²⁰ FERREIRA, 2006

²¹ Segundo Keohane e Nye, são três as premissas da visão realista, a primeira é a de que os estados, como unidades coerentes são os atores dominantes na política internacional; a segunda é a de que a força é um instrumento útil e o mais efetivo de política e, finalmente, em razão disso há uma hierarquia de questões em política internacional embasada pela segurança nacional: a alta política da segurança domina a baixa política da economia e da organização social. Atores internacionais não existem como força ou não são importantes.

²² KEOHANE; NEY, 1997, p. 8

que um ator pode conseguir dominar uma parcela do sistema, mas não lhe é possível dominar em absoluto um sistema que é complexo e pluralista. Neste sentido, ao reduzir a autonomia de cada agente, as relações de interdependência envolvem benefícios e custos definidos pelo nível de assimetria entre os atores²³. Tal situação é definida como “Interdependência Complexa”.

Os autores concentraram-se em três características fundamentais para caracterizar a interdependência complexa. A primeira delas é a existência dos múltiplos canais que ligam as sociedades, através de relações formais e informais entre as elites políticas, elites não governamentais e organizações transnacionais. A segunda característica é a inexistência de uma hierarquia entre as questões. Para os autores realistas, as questões de segurança sobrepõem-se às demais, no entanto, nesta corrente não existe uma hierarquia dão pouco uma distinção clara entre matérias de natureza interna e internacional. Dessa forma, a segurança militar não domina constantemente a agenda e as questões até então consideradas secundárias ganham relevância. Tal aspecto leva à terceira característica, a qual postula o não recurso à força militar para resolver tensões e disputas entre os atores. Como nem todas as questões estão subordinadas ao poder militar, este torna-se irrelevante para resolver os desacordos em questões econômicas entre membros da mesma aliança. Assim, Keohane e Nye retiraram do poder militar o seu lugar de destaque na análise da política internacional, pois consideram que existem cenários em que a utilização da força está fora de questão²⁴.

Tais características levam a novos processos políticos. Num mundo realista, as questões militares são centrais e o objetivo principal do Estado é a segurança. Contudo, num mundo de interdependência complexa, há uma variedade de objetivos ligados a uma variedade de atores nacionais e transnacionais que podem gerar implicações políticas em áreas sem relação direta²⁵. Devido à interdependência complexa as questões ficam interligadas de forma que um assunto doméstico pode afetar a política internacional e vice-versa. Assim, os governos tendem a politizar mais questões ligando-as a outras matérias e, assim, os atores transnacionais toram-se instrumentos de poder ao serviço dos Estados. Dessa forma, torna-se evidente que o conceito de poder ganha um aspecto ainda mais multifacetado num cenário de interdependência do que a construção do conceito de poder trabalhada pelos autores realistas.

²³ CADEMARTOR; SANTOS, 2016

²⁴ FRAZÃO, 2011

²⁵ WEILAND, 2011

Em outras palavras, o poder parece exercer-se de maneira menos coercitiva e menos violenta²⁶.

Quando se fala em dependência mútua, esta pode se referir ao plano militar, econômico, social, político, etc. A interdependência pode gerar benefícios, mas também refere-se à existência de custos elevados recíprocos, não necessariamente simétricos, nas transações. Os benefícios podem significar o ganho de um estado em cima da perda de outro, ou de ganho de dois ou mais estados. Os custos envolvem a sensibilidade a curto prazo ou uma vulnerabilidade a longo prazo de cada estado. A sensibilidade refere-se à quantidade e ao ritmo dos efeitos da dependência, isto é, com que rapidez as mudanças numa parte do sistema produzem mudanças em outra parte, ou seja, o grau de resposta a uma mudança no contexto político. Já a vulnerabilidade diz respeito aos custos relativos de mudar a estrutura de um sistema de interdependência, isto é, a mudança na política ou nas regras do jogo (CADEMARTOR; SANTOS, 2016, p.72).

A questão problematiza, então, a lógica territorial de soberania ilimitada para abranger uma lógica progressivamente “desterritorializada” e transnacional com uma agenda crescente de questões políticas afetada por problemas internacionais e domésticos criados, entre outros fatores, pelo crescimento econômico e pelo crescente aumento da sensibilidade decorrente da interdependência. Em outras palavras, mudanças tecnológicas e aumentos na interdependência econômica podem tornar os regimes internacionais obsoletos se forem incapazes suportar o aumento no volume das transações sem perder a estabilidade. Neste sentido, as organizações internacionais agem como lugar de potencial cooperação pois atuam como meio de regulação e cooperação mútua, que somente será eficaz se houver uma coordenação de esforços entre os Estados e outros atores internacionais. Essa coordenação de esforços entre os diversos atores do SI permite, assim, a geração de ganhos e vantagens mútuas por meio da criação e manutenção de instituições e regimes internacionais novos²⁷.

Diante disto é possível afirmar que a interdependência nem sempre é simétrica, ou seja, nem sempre possui benefícios recíprocos para ambas as partes. Tais assimetrias (diferenças) são fundamentalmente visíveis no processo de negociação e podem ter pontos sensíveis nas mais variadas áreas como militar, industrial, comercial, ou econômica. Estas particularidades podem assim atuar como fatores importantes de barganha no sentido de que levam o outro país a realizar algo que não seria feito se este elemento não existisse, uma vez que o uso da força em muitos casos mostra-se desvantajoso pelo grau de interdependência

²⁶ FRAZÃO, 2011, p.18

²⁷ Ibidem, p. 23

entre os negociantes²⁸. O relacionamento interdependente entre os Estados está baseado, assim, em fontes de poder, pois o ator menos dependente na relação tem a vantagem de que qualquer alteração no relacionamento representa custos menores para ele, do que para os demais parceiros. Deste modo, as relações de interdependência ocorrem dentro de uma malha de regras, normas e procedimentos os quais regulamentam seus comportamentos e controlam suas implicações – fatores que deixam esta regulamentação conhecida como regimes internacionais²⁹.

De forma geral, a teoria trabalhada por Keohane e Nye traz assim um modelo de interação interestatal amparada em três premissas básicas: a existência de canais interestatais, transgovernamentais e transnacionais conectando as sociedades; a multiplicidade de temas na agenda internacional sem um claro ordenamento hierárquico; e o não emprego da força militar entre as partes em situações ou temas que caracterizem uma relação de Interdependência Complexa. Além disso, vale ressaltar que a fronteira entre o que é nacional e o que é internacional torna-se com isso difusa. Quanto maior a integração, a interdependência, entre os atores, mais difícil é de se distinguir entre um espaço e outro, pois diversos atores podem estar atuando ao mesmo tempo dentro e fora das fronteiras do Estado como, por exemplo, empresas e bancos e, conseqüentemente, sendo parte das relações externas e domésticas³⁰.

2.1.3 Teorias De Integração

Diante do cenário problematizado pela teoria da Interdependência Complexa, a cooperação e a integração aparecem como ferramentas essenciais para garantir a governabilidade e, dessa forma, as organizações internacionais (OI) tem papel importante na construção de canais que facilitem o uso de tais ferramentas nos mais variados temas da agenda internacional³¹. Seguem no mesmo sentido de análise os estudos voltados ao campo da integração regional abrindo um campo de teorização sobre o processo evolutivo e alcance da integração, dentre outros casos, do continente europeu.

Busca-se assim a obtenção de um melhor entendimento das instituições formais da União Europeia – como foram criadas e como funcionam essas instituições –, a fim de identificar as competências organizacionais, o papel e a função de cada uma, segundo os tratados assinados. Além disto, tais teorias indagam a cerca das expectativas de

²⁸ WEILAND 2012

²⁹ MARIANO, 1995

³⁰ WEILAND 2012

³¹ RODRIGUES, 2014

desenvolvimentos futuros e do comportamento institucional, sendo certa a preocupação com as questões ligadas à reforma democrática e à legitimidade, o que exige um profundo conhecimento, não só das instituições comunitárias, como das matérias normativas³².

As teorias da integração, com base no desafio criado à visão realista do “Estado Soberano” por parte dos primeiros sucessos observados nas comunidades europeias, ainda na década de 1950³³, procuraram explicar o processo de construção institucional supranacional, isto é, compreender e analisar a UE como um tipo de sistema político. Neste sentido, sugeriram duas abordagens principais: o *neofuncionalismo* e o *intergovernamentalismo*.

Ambas as abordagens – e conseqüentemente suas ramificações – partem da premissa da racionalidade dos atores, porém colocam o enfoque justificativo dos avanços e retrocessos da integração sobre diferentes níveis e diferentes campos sociais. O Neofuncionalismo explica a evolução do cenário internacional anárquico no sentido da construção de um ambiente institucional supranacional com base na força que a manutenção de padrões sociais e de mercado fez sobre o comportamento das elites nacionais em direção à edificação do mercado comum. O Intergovernamentalismo, por sua vez, explica esta mesma evolução vista no SI como um resultado de um processo decisório racional dentro de um contexto histórico capaz de conduzir a definições claras dos interesses nacionais entre os Estados envolvidos³⁴.

Segundo o Neofuncionalismo, a integração levada a efeito numa determinada área conduz ao espalhar da integração por outras áreas, num processo de *spillover*³⁵, primeiro sobre as áreas mais diretamente relacionadas com a política de mercado e, depois, para as áreas que vão além dessa em um processo de “spillover funcional”. Isso se dá, pois a interconexão entre as diversas áreas de iniciativa reunidas na chamada *low politics* apresentam um forte potencial de espalhar a integração entre si; e, na medida em que os atores estendem e partilham as suas lealdades e redefinem as suas identidades, esperasse que eles busquem uma integração mais profunda em termos políticos (*spillover político*). A integração surge, assim, como a melhor forma dos Estados organizarem o comportamento cooperativo, já

³² PATROCÍNIO, 2006

³³ A Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) criada em 1952 entre Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Alemanha Ocidental, França e Itália, foi ampliado cinco anos depois, em 1957, com base no Tratado de Roma para a criação da Comunidade Econômica Europeia a finalidade de estabelecer um mercado comum europeu.

³⁴ PATROCÍNIO, 2006

³⁵ Spillover vem do termo em inglês que significa transbordamento.

que pressupõe a esperança no papel das instituições supranacionais (autoridade de base territorial como unidade básica de análise)³⁶.

Construído a partir do Funcionalismo, procurando suprir as suas falhas porém mantendo parte da sua agenda normativa – especialmente o Neofuncionalismo Político de Jean Monnet –, o Neofuncionalismo introduziu tanto uma grande ênfase sobre os atores interessados na integração quanto um interesse social científico explícito de criar uma teoria da integração regional que, ultrapassando o caso concreto da Europa, se afirmasse como uma teoria geral. Com a preocupação de considerar a relação interno-externo, as Comunidades Europeias são vistas como uma forma de cooperação entre Estados cujo funcionamento interno é regido por princípios de autoridade e de hierarquia e, num contexto de interdependência generalizada, essa cooperação entre Estados evolui para uma forma aprofundada de regime internacional, que permite aos Estados gerir mais facilmente problemas específicos (issue-areas)³⁷.

O tema fundamental para esta concepção teórica é o processo decisório; isto é, trata-se de saber como os interesses são negociados no nível internacional. A tomada de decisão é uma consequência da disposição dos países de negociarem e, portanto, possui uma lógica de negociação diversa da lógica dos outros tipos de negociações internacionais. O neofuncionalismo tem sua preocupação voltada para a articulação dos interesses presentes nas sociedades envolvidas. Se esses interesses estão bem articulados ou a integração está capacitada para absorvê-los e processá-los, provavelmente haverá capacidade de controlar e minimizar os efeitos negativos que poderão afetar determinados setores da sociedade, considerados como importantes. A criação de uma agenda positiva facilita a conciliação dos interesses variados, ao formular patamares mínimos de adequação entre eles³⁸.

O Intergovernamentalismo, por sua vez, é tido em conta pelo viés da *rational choice*, isto é, pela racionalidade dos agentes envolvidos, já que o objetivo dos Estados é reduzir os custos das transação em um contexto de economia aberta. Assim, a integração regional europeia seria uma ação coletiva com o objetivo final de maximizar ganhos para cada Estado-membro. Segundo esta visão, a integração regional é reduzida unicamente à dimensão econômica. Com isso, a tese de que os Estados teriam de renunciar uma parte de suas respectivas soberanias ao criarem instituições comuns é refutada e com ela fatores exógenos

³⁶ PATROCÍNIO, 2006, p.5

³⁷ Ibidem, p. 8

³⁸ MARIANO, 1995

como interesses, ideologias dos dirigentes e a identificação das populações perdem também relevância³⁹.

Com o decorrer das décadas e das novas fases pelas quais passou o processo de integração até o surgimento da União Europeia, novas gerações de teóricos buscaram analisar, as perspectivas relacionadas aos novos desafios apresentados à governança e à estabilidade internacional. As relações internacionais viram-se dominadas pelos fenômenos da globalização econômico-financeira e pela integração liberalizadora dos mercados. E assim as teorias a cerca do SI avançaram no sentido de perceber o Estado não mais como único agente das relações de guerra, passando a dialogar e a atuar de forma pluralista com organizações internacionais, organizações não-governamentais, instituições como a Igreja Católica e, até mesmo, indivíduos⁴⁰.

Assim, como aponta Raquel Patrocínio (2006), os estudos feitos por Keohane e Nye no decorrer da década de 1970 tiveram importante impacto também para o desenvolvimento das teorias de integração:

Foi com Robert Keohane e Joseph Nye, nos anos 70, que a cooperação internacional alcançou uma perspectiva mais adaptada à chamada era pós-moderna, ao examinar, de modo sistematizado, as situações internacionais que implicavam um grande número de atores, logrando apontar a inadequação do paradigma estatocentrado como base para estudar a política mundial em mutação. Isto é, Keohane e Nye procuraram compreender a natureza mutante do sistema internacional, ou seja, quais são os padrões de mudança e o que permanece estável ao nível das relações entre Economia e Política, por forma a compatibilizar os padrões institucionalizados da cooperação internacional e o papel desempenhado pelo poder e pelos interesses (PATRÍCIO, 2006, p.15).

Neste sentido as novas gerações de pensadores da Teoria da Integração trazem o Intergovernamentalismo Neoliberal. Para Andrew Moravcsik⁴¹ (1993), o comportamento racional do Estado é influenciado pelas pressões sofridas tanto no plano externo quanto no plano interno, destacando a importância dos processos de negociação e barganha entre os atores domésticos que irão determinar a formação das preferências e do interesse nacional com base na análise dos custos e benefícios da integração. Ao contrário das abordagens neorrealistas, que consideram os Estados como bolas de bilhar ou de caixas pretas com preferências e interesses nacionais fixos e pré-determinados em termos de segurança e poder, Moravcsik (1993) considera que eles atuam no cenário internacional com base em objetivos

³⁹ PATROCÍNIO, 2006, p.7

⁴⁰ Ibidem, p. 12

⁴¹ apud BANZATTO, 2016

definidos internamente. Desse modo, aponta-se que antes das negociações internacionais existe uma etapa de negociação interna que envolve o conjunto dos atores domésticos da sociedade e os interesses específicos de cada um deles. Apesar de não mencionar expressamente os governos subnacionais como um desses atores, é possível afirmar que eles também buscam influenciar na formação do interesse nacional perante o processo de integração regional, sobretudo quando este processo afeta diretamente suas economias e a sua capacidade em promover o bem-estar de suas populações.

Segundo Cavusgil, Knight e Riesenberger⁴² (2010), o processo de integração deve trazer um saldo positivo perante a análise de, ao menos, quatro variáveis decisórias: os objetivos a serem alcançados, os fatores de sucesso, as desvantagens e dilemas éticos, e as implicações administrativas. Dentre os objetivos a serem alcançados, os autores listam três aspectos econômicos e um político, sendo eles: (1) expandir o mercado e (2) atingir economias de escala (uma vez que integração aumenta a escala do mercado para as empresas participantes, diminuindo seus custos e aumentando a eficiência, pois, sem barreiras comerciais entre os países, as empresas possuem acesso facilitado a novos mercados, assim como os consumidores diversificam suas possibilidades de aquisição de bens e serviços); (3) a atração de investimento direto externo (pois empresas estrangeiras preferem investir em países que fazem parte de algum bloco, pois suas fábricas terão tratamento preferencial quanto a exportações para outros países deste mesmo bloco). E, por fim, (4) fortalecer defesas e a política nacional diante da percepção de que a integração proporciona aos membros uma posição defensiva mais forte em relação a outros países e regiões, e assim possibilita maior inserção no cenário internacional.

2.2 A NOVA ECONOMIA GLOBAL: O EXEMPLO EUROPEU

Dentre as várias iniciativas em direção a um processo de integração, a União Europeia (UE) mostra ter logrado o maior êxito até então, apresentando o mais alto grau de integração econômica e monetário já alcançado⁴³. Apoiado sobre instituições tanto supranacionais quanto intergovenamentais, o bloco europeu é composto por países em diferentes graus de integração e possui influência direta na tomada de decisão e no poder estatal de cada um⁴⁴.

⁴² apud WEILAND, 2012

⁴³ Existem quatro formas de integração: Área de Livre-Comércio, União Aduaneira, Mercado Comum e União Econômica

⁴⁴ MELLO, 1999

Diante do final da Segunda Guerra Mundial em 1945 e da necessidade de reestabelecer confiança além de enfrentar problemas comuns como a questão do carvão e do aço, surgiram iniciativas no sentido da integração primeiramente econômica e posteriormente política⁴⁵. Sendo assim, como afirma Patrocínio (2006), “o caminho adotado pela União Europeia foi, desde o início, o da interdependência mediante integração, na busca do equilíbrio de poderes⁴⁶”, já que a criação de hegemonias dentro do continente mostrou-se algo desvantajoso não só economicamente, mas também no tocante à política e à segurança internacional.

A história do Bloco Europeu iniciou-se em 1957, com a assinatura do Tratado de Roma e a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE), entre Alemanha, França, Itália, Bélgica, Luxemburgo e Holanda. O tratado estabeleceu a criação de um Mercado Comum Europeu com a finalidade de assegurar o progresso econômico e contribuir para uma união cada vez mais estreita entre os povos europeus. O Ato Único Europeu, assinado em 1986, complementou o Tratado de Roma e lançou as bases para a União Econômica e Monetária (UEM), delineando novas medidas que passariam pela eliminação dos obstáculos entre os países membros para a circulação de pessoas, bens, serviços e capitais; pela criação de políticas comuns nas áreas de agricultura, pesca e transporte; pela aproximação das legislações e políticas sociais; pelo desenvolvimento de redes intereuropeias, entre outras. Em 1992, foi assinado o Tratado da União Europeia, ou Tratado de Maastricht, que consagrou o nome *União Europeia* e lançou as bases para a criação de uma moeda única e um banco central comum⁴⁷.

Conforme apontam Pereira e Cintra (2014), a UE apresenta-se como um significativo exemplo prático da Teoria da Interdependência segundo a perspectiva da Economia Política internacional:

Dentro de qualquer bloco de integração regional, observa-se as relações de interdependência entre os membros, por apresentar as duas questões simples expressas na Teoria da Interdependência: a reciprocidade e o custo, e o que observa-se na União Europeia não é diferente. A reciprocidade corresponde à dependência mútua, porém não simétrica entre os atores, e é gerada pelo alto grau de interdependência entre as economias dos países-membros da UE, onde junto a decisões políticas ou crises em algum país traz-se como consequência efeitos negativos para as demais economias do bloco, ou para setores específicos. Já os custos estão relacionados às perdas que ocorrem dentro da relação, como observado após a adoção da moeda única entre os

⁴⁵ WEILAND, 2012

⁴⁶ PATROCÍNIO, 2006, p.1

⁴⁷ MOREIRA, 2010

países-membros, gerando custos aos envolvidos como a perda da flexibilidade da política econômica, deixando os Estados apenas com o controle da política fiscal e orçamental do país, restringindo ainda mais a sua atuação sobre a economia nacional, devido aos critérios de participação na União Econômica e Monetária, onde se tem a necessidade de assegurar uma situação de equilíbrio ou de superávit orçamental no médio prazo. (PEREIRA; CINTRA, 2014).

A União é atualmente formada por 27 países-membros, sendo eles Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, República Checa, Romênia e Suécia. Após sete alargamentos consecutivos – 1973, 1981, 1986, 1995, 2004, 2007 e 2013 – e, sobretudo com a entrada dos países do centro e do leste europeu em 2004, o bloco passou a apresentar grande disparidade em relação ao desenvolvimento econômico de seus membros o que levou a União a assumir políticas regionais que visassem reduzir o grau de vulnerabilidade e sensibilidade de áreas historicamente atrasadas. Segundo Keohane e Nye⁴⁸ dentro de um cenário de interdependência assimétrica, os países que apresentarem graus menos elevados de dependência em relação aos demais estão, conseqüentemente, capacitados de maior influência e poder. Isto, dentro do contexto da União Europeia, pode ser considerado um empecilho aos projetos de integração econômica e monetária totais.

Diante da situação de sensibilidade e vulnerabilidade causada pela interdependência⁴⁹ e acentuada pela globalização e pela integração regional, os governos subnacionais buscam novas perspectivas de desenvolvimento através da inserção internacional. De forma reativa aos processos mencionados, eles passam a patrocinar por conta própria sua interlocução com o ambiente estrangeiro, de modo a atender seus interesses específicos através da paradiplomacia. Paralelamente, passam também a construir e conquistar novos espaços na agenda da política externa de seus respectivos Estados vizinhos através da diplomacia federativa. Além disso, buscam também participar ativamente dos processos de integração regional, a exemplo da construção do Comitê das Regiões na União Europeia. É possível, portanto, observar uma mudança de postura por parte desses atores, que buscam deixar a condição de meros agentes passivos dos processos desenvolvidos em escala global e regional para exercer um papel cada vez mais ativo nesse contexto. Aproveitam-se, assim, das oportunidades oferecidas pelo cenário internacional para melhor promover o seu

⁴⁸ Keohane e Nye, 2001, p.241, apud PEREIRA; CINTA, 2014, p. 4

⁴⁹ KEOHANE; NYE, 2012

desenvolvimento e a satisfação das demandas locais de suas populações. A erosão das fronteiras soberanas e as interações cada vez mais complexas entre o global e o local nas relações internacionais permitem, não apenas o surgimento da necessidade de inserção internacional dos governos subnacionais, como também a construção de novos espaços onde eles possam atuar no cenário internacional⁵⁰.

É importante lembrar, no entanto, que a integração europeia pode ser questionada por certa "ambiguidade construtiva" a cerca do que significarão os próximos passos para cada um dos Estados-Membros. Para a maior parte, no entanto, cada novo passo em direção à integração tem sido baseado na percepção de que ofereceria aos Estados-membros maiores retornos positivos, ou seja, ganhos de longo prazo para todos, mesmo que exigissem sacrifícios de curto prazo por parte de alguns. Este ponto é importante para a compreensão dos dilemas que a Europa enfrenta hoje.

Durante os anos 50 e 60, a integração europeia ofereceu ganhos relativamente claros. A Comunidade Econômica Europeia forneceu um veículo para a reconstrução econômica e a paz na Europa Ocidental. Uma geração dizimada pela guerra os tomou como objetivos superordenados. Os Estados-Membros sabiam que a liberalização exigiria alguns sacrifícios, porém foram persuadidos de que o resultado a longo prazo seria uma maior prosperidade para todos⁵¹. No entanto, no período que segue à crise econômico-financeira mundial de 2008, tais ganhos tornaram-se menos claros e os interesses nacionais de curto e médio prazo para os países menos desenvolvidos podem perder prioridade diante da variedade de temas na agenda do bloco.

⁵⁰ BANZATTO, 2016

⁵¹ HALL, 2016

3. A QUEDA DOS REGIMES COMUNISTAS NA EUROPA

O final da Guerra Fria representou também o fim da estrutura bipolar “Capitalismo *versus* Comunismo” que caracterizara o cenário internacional desde 1945, após a Segunda Guerra Mundial. Tal bipolaridade foi substituída por nuances de uma estrutura multipolar na qual o poder central exercido pelas duas superpotências da época – papel até então assumido pelos Estados Unidos da América (EUA) e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – foi disperso entre polos menores de influência⁵². Tal sistema multipolar abriu as portas para o aprofundamento das interações econômicas e políticas em escala global e, conseqüentemente, das relações de interdependência entre os Estados. Para total compreensão deste processo sob a perspectiva da Hungria é preciso analisar, de forma breve, o contexto no qual se inseriam os países da Europa Central e do Leste⁵³ (CEE) durante a Guerra Fria, assim como estudar com maior profundidade os fatores que antecederam e acompanharam a mudança de regime no país.

Desta fora, este capítulo apresentará a perspectiva histórica do fim do comunismo nos países do Bloco Soviético, com especial destaque ao processo de transição vivido pela Hungria. Para isso, o mesmo divide-se em dois grandes focos, sendo que o primeiro apresentará um panorama geral dos aspectos comuns em todos os países europeus que viveram sob um regime comunista a partir do final da Guerra Fria, e, o segundo, trará uma apresentação do contexto húngaro, analisando mais especificamente as experiências políticas e econômicas que marcaram a trajetória do país.

3.1 UM PANORAMA GERAL

A exemplo da Revolução Francesa, a Revolução Russa, levada a cabo em outubro de 1917, faz jus integralmente ao título de revolução, o qual refere-se a uma transformação completa das normas e relações sociais até então vigentes. Isso se dá, pois, a luta bolchevique foi capaz de romper uma linha de continuidade de padrões de comportamento e de organização social inaugurando novo período histórico. Dessa forma, a Revolução de Outubro marca de modo profundo a evolução das sociedades nacionais e das relações internacionais nos séculos que se seguiram⁵⁴.

Os revolucionários russos de 1917, baseados na ideologia Marxista, partiram engajados na luta contra o império czarista autocrático na intenção de instaurar um novo

⁵² MEARSHEIMER, 1990

⁵³ CEE: sigla proveniente do termo em inglês Central and Easter Europe

⁵⁴ BARROS, 1998, p.20

regime capaz de governar em favor da classe operária. O movimento tinha como meta criar uma sociedade sem classes e sem desigualdades, baseada na liberdade e na justiça social sendo assim uma espécie de estopim para uma revolução europeia como um todo. No entanto, o modelo criado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), fundada em 1922, não foi seguido pelos demais países do continente⁵⁵. No entanto, diante da inexistência de uma “revolução mundial”, o modelo socialista tomou rumos diferentes do indicado na utopia teórica tornando-se um Estado cada vez mais forte e centralizador, o que deu origem a novo conflito de classes, então entre o proletariado e a *nomenklatura*⁵⁶.

Assim, o socialismo real, embora impressione pelo fato de que, em pouco mais de 30 anos, estendeu-se a um terço da humanidade, distanciou-se do socialismo imaginado por seus inspiradores e pregado por seus militantes em todo o mundo. Em outras palavras, deixou de ser uma utopia para se tornar uma realidade tão repressora quanto o modelo que buscava superar. Essa falência do idealismo socialista teria sido, no plano ideológico, um dos fatores essenciais do fim do socialismo na Europa⁵⁷. Como afirma Sebastião Barrosa (1998), a “despeito de seus feitos notáveis, a URSS sucumbiu à incapacidade de criar mecanismos democráticos capazes de integrar a sociedade, como um todo e por livre vontade, no processo de concretização da esperança socialista⁵⁸”.

Não foi apenas o modelo político que sentiu o impacto do enrijecimento da estrutura de tomada de decisão imposta pelo Estado Soviético. O campo econômico também foi estruturado com base em um sistema de planejamento centralizado, no qual as decisões mercadológicas tomadas pelo Estado passaram a seguir planos de governo rigorosamente definidos, perdendo assim a dinamicidade e a flexibilidade para acompanhar as flutuações vividas no mercado internacional. Diante disso, é importante ressaltar o contexto bipolar em que se encontrou o SI no decorrer da Guerra Fria.

A vitória do Exército Vermelho sobre a Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial foi fundamental para interromper a avassaladora expansão do fascismo no leste, principal ameaça tanto ao socialismo quanto ao capitalismo liberal e, além disso, foi crucial para conquistar áreas de influência e apoio – seja ele, em muitos casos, mantido pela força militar

⁵⁵ BARROS, 1998, p.21

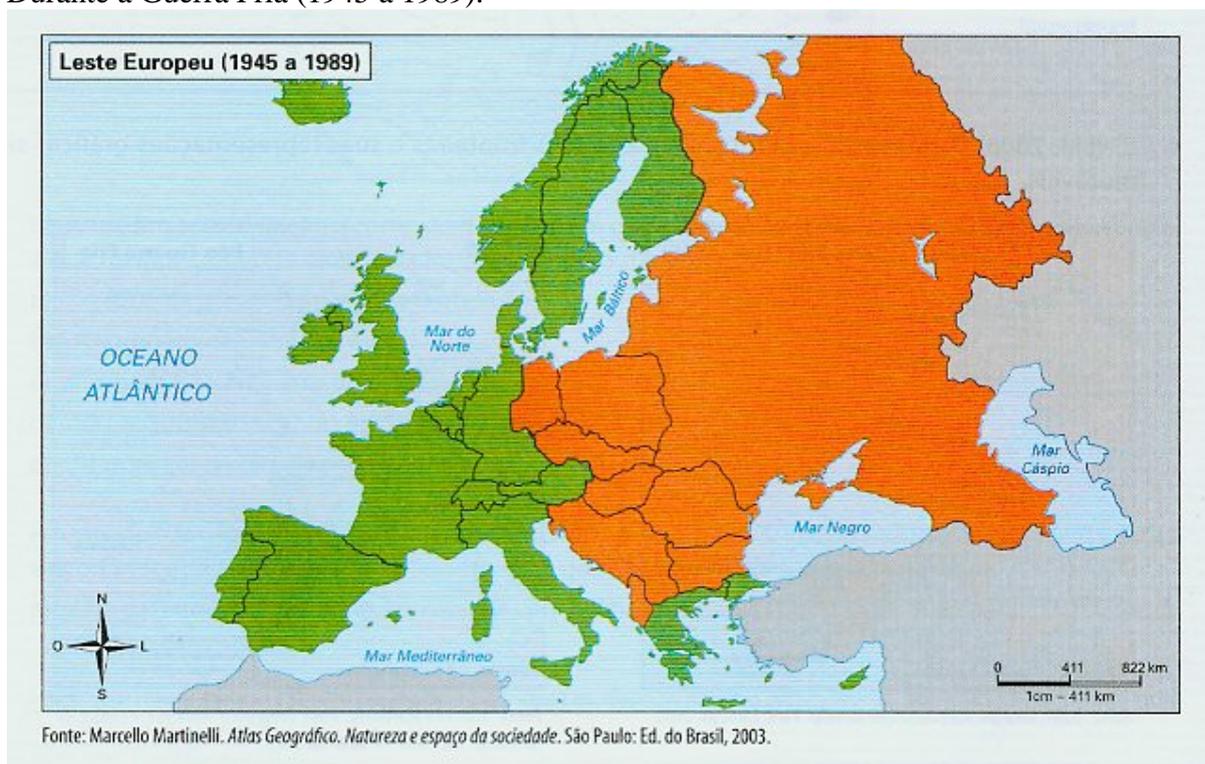
⁵⁶ Nomenklatura (palavra russa derivada do latim) era como se designava a "burocracia", ou "casta dirigente" da União Soviética. Ela incluía altos funcionários do Partido Comunista da União Soviética e trabalhadores com cargos técnicos, artistas e outras pessoas que gozavam da simpatia do Partido Comunista e, com isso, de inúmeros privilégios e vantagens inacessíveis para o restante da população do país.

⁵⁷ Ibidem, p. 22

⁵⁸ Ibidem, p. 26

– à ideologia socialista e assim, fazer frente à hegemonia norte-americana no oeste⁵⁹. Dessa forma, o modelo de político-econômico instaurado na URSS foi adorado também por todos os países formadores do que ficou conhecido como o “Bloco Soviético”, isto é, países que – após o final da Segunda Guerra Mundial e durante todo o período da Guerra Fria – se tornaram Estados satélites da União Soviética⁶⁰, sendo eles: Albânia, Alemanha Oriental, Bulgária, Hungria, Iugoslávia, Polônia, Romênia e Tchecoslováquia.

FIGURA 2 – Divisão Política Entre os Países Comunistas e Capitalistas Existente na Europa Durante a Guerra Fria (1945 a 1989).



Fonte: Martinelli, 2003

Durante o período Stalinista, e com o crescimento econômico rápido que ocorria na União Soviética, o assunto deixou de ser discutido, para ressurgir após a morte de Stalin, principalmente quando a URSS e alguns de seus países satélites começaram a sentir com mais intensidade os efeitos negativos do modelo vigente de planejamento e gestão da economia

⁵⁹ BARROS, 1998

⁶⁰ A formação do Bloco Soviético (ou Bloco do Leste) remete ao fim da Segunda Guerra Mundial, quando a URSS e os EUA assumiram o papel de hegemônias globais e assim alteraram o contexto político internacionais disputando por áreas de influência e aliados econômicos e militares frente à conjuntura montada na Guerra Fria (1945 a 1990). Durante a Segunda Guerra Mundial, grande parte do continente europeu foi ocupada pelo exército da Alemanha Nazista e a União Soviética atuou na região centro-leste europeia com o envio de tropas para combater o exército nazista e, após o fim do conflito, ficou responsável por ajudar a reorganizar os governos atingidos pela guerra dentro destes territórios. Estando sob a zona de influência da URSS tais países adotaram também a ideologia comunista e assinaram, posteriormente, o Pacto de Varsóvia.

altamente centralizado, hierarquizado e burocratizado⁶¹. A produção de bens de consumo, assim como os volumes a serem exportados e os preços finais foram fixados a montantes definidos não pela demanda nacional, mas sim artificialmente pelo governo, desestimulando investimentos em áreas essenciais como inovação e tecnologia. Ao eliminar por completo a concorrência, o modelo comunista relegou para segundo plano os incentivos destinados a aumentar a eficiência da produção ou a qualidade dos bens finais, o que obrigou os países a conviver com altos custos de produção, desperdício e baixa qualidade dos produtos. Além disso, a autarquia institucionalizada pelo “socialismo real” exposto por Barros (1998), além de burocratizar os sistemas político e econômico, limitou também os direitos civis das populações da Europa central e do leste, ao restringir liberdades, manter um controle estrito sobre a vida dos cidadãos e desrespeitar os direitos humanos.

Diante de tal cenário, a concorrência econômica internacional aliada à insatisfação popular exigiram do Partido Comunista mudanças no sentido a adaptar-se às transformações vividas no cenário mundial:

A consciência das insuficiências do modelo enquanto opção de ordem internacional desdobrou-se em consciência de suas limitações enquanto programa de desenvolvimento nacional. É nesse contexto que surgem as referências da liderança soviética à paralisia socioeconômica experimentada desde os anos 1960. Realiza-se um esforço de reforma liberalizante a partir de 1985 englobando, dentre outros pontos, ênfase na transparência dos mecanismos de poder, reconhecimento da diversidade dos regimes comunistas, maior acesso à informação e aplicações tecnológicas para tentar acelerar a produção. O modelo, contudo, mostrou-se inflexível; a tentativa de reformá-lo levou à sua crise. Ao romper o isolamento da sociedade soviética, a reforma estimulou comparações e fortaleceu o efeito-demonstração, o que gerou, inclusive, algumas avaliações apressadas e acríicas sobre as vantagens da modernidade ocidental. Abriu-se espaço para a apresentação súbita de enorme carga de demandas reprimidas, inclusive demandas por mecanismos políticos mais democráticos (BARROS, 1998, p. 26).

Em março de 1985, o principal líder dos reformistas, Mikhail Gorbachev, assumiu a Secretaria Geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e apresentou, dois meses depois, um amplo projeto de reformas, subdividido em duas partes. Uma delas, conhecida como *Perestroika* (“reestruturação”), previa a reforma econômica, a democratização controlada do sistema político, o desarmamento e a diminuição da influência soviética nos países do Leste europeu. A outra, denominada *Glasnost* (“transparência”), concedia liberdade

⁶¹ MIGLIOLI, 1995

de imprensa e de opinião, afrouxando o controle da burocracia estatal sobre a população. Ao mesmo tempo, Gorbachev promoveu a abertura da economia ao mercado ocidental, em busca de investimentos e tecnologia⁶².

O relaxamento do controle propiciado pela Glasnost abriu caminho para que ocorressem manifestações de descontentamento não só na União Soviética, mas também nos demais países do leste europeu. Nessa região, a insatisfação mantida durante anos veio à tona, expressando o desejo popular de autonomia nacional e de liberdade. Tanto na Hungria como na Bulgária, o fim do regime comunista se deu de forma pacífica. Em ambos os países, surgiram grupos de “comunistas reformadores” que destituíram as lideranças Stalinistas⁶³ e deram início ao diálogo com as correntes de oposição. Nos dois casos, os partidos comunistas se desmembraram e foram substituídos por partidos socialistas de tendência moderada⁶⁴.

A transição de uma economia planificada pelo governo central para uma economia de mercado representou desafios profundos aos países da CEE, exigindo tanto reformas microeconômicas – como liberalizações, privatizações e a reestruturação das empresas – como iniciativas no sentido de alcançar e manter a estabilidade macroeconômica por meio da inflação e das taxas de desemprego. Apesar de haver disparidades históricas, culturais e políticas específicas, assim como condições iniciais diferentes, a grande maioria dos países seguiu um conjunto similar de políticas econômicas. As diferenças, entretanto, puderam ser observadas tanto no ritmo quanto na profundidade aplicados ao processo de liberalização⁶⁵.

3.2 O CONTEXTO HÚNGARO

A transação institucional húngara teve início nos últimos anos da década de 1980 e foi essencialmente concluída em 1994 com a segunda eleição consecutiva de um governo pós-comunista. No entanto, a transformação socioeconômica do país levou ainda muitos anos⁶⁶. Isto se deu, pois, como aponta Raoul Oreskovic (2012), a imposição coercitiva do modelo soviético criou instituições políticas, estabeleceu padrões de alocação de recursos e deu forma a instituições sociais que ajudaram incorporar e reforçar valores e orientações que diferem expressivamente do modelo capitalista que se tenta adotar a partir dos anos 1990.

⁶² SUNY, 2008

⁶³ O termo "stalinismo" intitula o período em que o poder político foi exercido na União Soviética por Josef Stalin. De forma geral, esta expressão designa essencialmente o domínio absoluto de uma dada liderança, a qual dispõe de meios por intermédio dos quais estabelece como verdade a sua interpretação particular do marxismo, do qual se arvora a condição de único e legítimo intérprete. O “stalinismo” reproduz e alimenta uma estrutura de pensamento único.

⁶⁴ SUNY, 2008, p.79

⁶⁵ Ibidem, p. 87

⁶⁶ TÖKÉS, 1996

3.2.1 O Regime Comunista Húngaro: de 1949 a 1989

A Hungria tornou-se oficialmente comunista sob a regência de Mátyás Rákosi no dia 29 de dezembro de 1949, conforme definido na Nova Constituição promulgada em 18 de agosto do mesmo ano. Esta, além de renomear o país para República Popular da Hungria (*Magyar Népköztársaság*), estabeleceu o socialismo como objetivo principal da nação seguindo os moldes da constituição soviética de 1936⁶⁷. No entanto, a adoção do modelo socialista significou o declínio dos padrões de vida para a maioria da população e, em julho de 1953, Rákosi foi substituído por Imre Nagy, o qual prometeu dar um “novo rumo” às tomadas de decisão do governo. No entanto, tal tendência à mudança e inovação apresentado pelo novo primeiro ministro, apesar de ir de encontro com o aclamado pela população, desagradou o alto escalão do Partido Comunista, ou Partido Socialista dos Trabalhadores Húngaros, o MSzMP⁶⁸ – único partido permitido oficialmente na época – causando sua retirada e a nomeação de András Hegedüs para o cargo, em abril de 1955⁶⁹.

Inspirados pelos protestos ocorridos na Polônia alguns dias antes, milhares de estudantes e trabalhadores húngaros reuniram-se na frente do Parlamento em 23 de outubro de 1956 para exigir liberdade política. Dentre as principais demandas dos manifestantes estavam a volta de Imre Nagy à cadeira de primeiro ministro e a independência do controle exercido pela URSS sobre o país unificavam o maior número de vozes.⁷⁰ Entretanto, o que começou como uma demonstração pacífica ganhou proporções de revolução popular armada quando o serviço secreto húngaro reagiu com tiros contra a população. Apesar da repressão armada, os novos revolucionários prevaleceram e Nagy foi proclamado como primeiro ministro no dia seguinte, 24 de outubro. Em 1º de novembro, Nagy requisitou às Nações Unidas o reconhecimento da neutralidade húngara e anunciou a retirada do país do Pacto de Varsóvia⁷¹. Contudo, 24 horas após a declaração, tropas do Exército Vermelho atacaram a capital e deram fim definitivo ao que ficou conhecido como Revolução de 1956. Opositores foram presos e executados, 25.000 vidas foram perdidas, e o poder Soviético foi reestabelecido com a

⁶⁷ ORESKOVIC, 2012

⁶⁸ MSzMP, do húngaro *Magyar Szocialista Munkáspárt*

⁶⁹ MARKÓ, 2016

⁷⁰ RUELAS, 2009

⁷¹ O Pacto de Varsóvia ou Tratado de Varsóvia foi uma aliança militar formada em maio de 1955 entre União Soviética, Polónia, Alemanha Oriental, Checoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária, Albânia. O tratado afirmou o alinhamento dos países membros com Moscou, estabelecendo um compromisso de ajuda mútua em caso de agressões militares e legalizando, na prática, a presença de militares soviéticos nos países do leste europeu desde 1945.

nomeação de János Kádár, então presidente do Partido Comunista húngaro, em 04 de novembro de 1956⁷².

Ainda que os objetivos do levante popular tenham sido frustrados de forma prática e a URSS tenha retomado as rédeas do comando político, a Revolução de 1956 teve impacto significativo sobre o sistema comunista. Em aspectos gerais, a vida privada foi poupada do controle político restrito. Expressões culturais passaram a ser respeitadas e apreciadas, assim como restrições de viagem foram amenizadas. No âmbito econômico, pode-se notar nuances de descentralização e abertura comercial. János Kadar, tendo aprendido as lições de 1956, suavizou o controle social a fim de manter o monopólio político do partido, sendo capaz, assim, de neutralizar a população antes determinada a mobilizar-se contra o regime⁷³. Conforme aponta Palgrave Macmillan (2014), as reformas adotadas a partir do período revolucionário ajudaram a criar um sistema pós-totalitário que garantiu a sobrevivência do regime:

[...] a receptividade às reformas vista no governo comunista húngaro ajudou os tecnocratas a avançarem com a aplicação de seus conhecimentos no sentido da modernização do país, além de desenvolverem laços mais estreitos com a elite política – contribuindo indiretamente para a sobrevivência do sistema. Na gestão de funcionários, a lealdade partidária absoluta foi substituída pela promoção de especialistas politicamente confiáveis. Esta mudança política tornou o regime de Kádár mais tolerável porque criou em grande número oportunidades de promoção social para os pobres, ao mesmo tempo em que tentou manter a rede de segurança social, um dos pilares de suas promessas ideológicas. (MACMILLAN, 2012, p. 476)

Dentro desta perspectiva, foi aprovado em maio de 1969 o “Novo Mecanismo Econômico”, ou NEM⁷⁴, como ficou conhecido o pacote de reformas econômicas que entrou em vigor a partir de 1968. Discutido desde o final de 1963, o projeto introduziu alguns aspectos de política econômica capitalista ao regime comunista e permitiu uma abordagem mais mercadológica às empresas estatais, assim como a criação de algumas empresas privadas de pequeno porte ligadas ao setor de serviços.⁷⁵ Como afirma Tökes (1996) o NEM começou como um programa de objetivos estritamente econômicos e, no entanto, foi capaz de ir além dos impactos previstos e atingiu também as esferas política e social do país.

⁷² SCHREINER, 1996

⁷³ KORKUT, 2012

⁷⁴ A sigla NEM origina do termo em inglês New Economic Mechanism. Coincidentemente, o termo *nem*, em húngaro, significa *não*.

⁷⁵ Encyclopedia Britannica, 2017

Os impactos positivos deste novo sistema econômico misto⁷⁶, que ficou conhecido como *comunismo goulash*, foram sentidos já nos primeiros anos da década de 1970. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) húngaro atingiu 7% ao ano – resultado considerado excelente, se comparado com a média de 4% de crescimento dos anos anteriores – e foi fundamental para a melhora dos padrões de vida da população. Com o florim (Huf) valorizado, os trabalhadores viram sua capacidade de compra de bens de consumo aumentar, além de terem a possibilidade de realizar trocas cambiais para comprar moeda estrangeira e realizar viagens internacionais a cada três anos, conforme permitido por lei⁷⁷.

O sucesso econômico alcançado pela Hungria no início da década de 1970 garantiu ao país grande respeito político dentro e fora do Bloco Comunista⁷⁸, sendo Kádár internacionalmente aclamado como um grande reformista. No entanto, o bom desempenho da economia mista adotada em 1968 foi fortemente afetado tanto pelo cerne planificador do modelo de regime comunista quanto pelas instabilidades internacionais vividas nas duas décadas seguintes. A adoção das medidas propostas pelo NEM não anularam o fato de que a burocracia governamental exercia forte controle sobre o mercado doméstico, o qual era caracterizado por monopólios e oligopólios artificiais, impedindo assim a existência de livre-concorrência e exigia que os preços ao consumidor fossem fixados também artificialmente. Além disso, o aumento da demanda por bens de consumo influenciou o aumento das importações – seja por parte das empresas com permissão para comercializar com o Bloco Ocidental, seja entre os países do COMECON⁷⁹, cujas transações comerciais eram puramente

⁷⁶ O termo Comunismo Goulash (*Goulash Communism*) trata-se da forma como foi apelidado o modelo político-econômico único adotado por János Kádár; isto é, um modelo comunista repleto de elementos liberais ligados tanto a aspectos econômicos quanto a fatores sociais. Goulash é um prato típico húngaro.

⁷⁷ SCHREINER, 1996

⁷⁸ Durante a Guerra Fria, o termo bloco do leste (ou bloco soviético) era uma referência à União Soviética e seus aliados da Europa central e do leste (Bulgária, Tchecoslováquia, Alemanha Oriental, Hungria, Polônia, Romênia, e - até meados dos anos 60 - a Albânia). Este termo era muitas vezes utilizado como referência ao Pacto de Varsóvia (a aliança militar liderada pelos soviéticos) ou ao Comecon (uma organização econômica internacional que abrangia os estados comunistas). Os aliados soviéticos de fora do leste europeu, como Mongólia, Cuba, Vietnã e Coreia do Norte, eram algumas vezes considerados como parte deste bloco.

⁷⁹ Conselho Para Assistência Econômica Mútua (COMECON), ou Council of Mutual Economic Assistance (CMEA). Fundado em 1949 por Bulgária, Romênia, Checoslováquia, Alemanha Oriental, Polônia, Hungria e União Soviética e, posteriormente, integrado por Mongólia, Cuba e Vietnã, o COMECON consistia em um bloco econômico liderado pela URSS com a finalidade de garantir acordos comerciais entre seus países membros. Diferentemente da Comunidade Europeia, uma união aduaneira que tinha como finalidade eliminar barreiras e/ou acordos preferenciais que prejudicassem o livre comércio entre seus países membros, os acordos comerciais estabelecidos dentro do COMECON eram majoritariamente acordos governamentais estabelecidos anualmente com base nas projeções econômicas feitas por cada estado membro para o volume de importações e exportações pretendido. Além disso, o preço dos bens era negociado bilateralmente em uma unidade de conta fictícia chamada de “Rubricas Transferíveis” (RT) já que a “livre” determinação dos preços com base no comércio mundial poderia gerar desvios negativos dentro das metas econômicas estabelecidas para o ano.

baseadas em acordos políticos intergovernamentais – teve forte impacto negativo sobre a balança comercial nacional⁸⁰.

Durante este mesmo período o sistema mundial capitalista passava também por períodos de crise e reestruturação. Fatores como o fim do Padrão ouro-dólar⁸¹ em 1971 e a consequente desvalorização do dólar; o choque do preço do petróleo em 1973 e o crescente preço do barril até 1977; e a alta competitividade dos custos de produção e mão-de-obra países asiáticos em vias de industrialização a forçar a baixada dos preços de bens de consumo a nível mundial causaram instabilidades no sistema internacional que afetaram a economia global cada vez mais globalizada financeiramente. A partir de meados da década de 1970 a dívida externa húngara começou a crescer a níveis alarmantes, acompanhada do aumento da inflação e da redução dos salários e da qualidade de vida⁸².

É verdade que o "comunismo goulash" de Kádár (como ficou conhecida a economia mista primitiva húngara) garantiu à Hungria um maior grau de liberdade política e de estabilidade econômica do que qualquer outro país do Bloco Leste, mas no início dos anos 80, este modelo não foi capaz de conter os danos causados pela prolongada crise na economia mundial. Tornou-se logo muito aparente que as meias medidas e o intervencionismo estatal conservador usados para restaurar a ordem não aliviarão mais as dificuldades econômicas, mas sim contribuirão para elas. Para sobreviver, a Hungria teve de se distanciar da autarquia e, verdadeiramente, libertar-se do seu isolamento perante o mercado mundial. Movimento econômico-político que talvez não teria sido tão facilmente alcançável, senão por uma série de mudanças políticas e crises ocorridas no Bloco do Leste durante o final dos anos 1970 e início dos anos 1980 (SCHEINER, 1996, p. 25).

A Hungria gozava de uma das economias mais liberais e avançadas do antigo bloco soviético, contudo, os subsídios dados tanto à manutenção de empresas estatais de baixo desempenho quanto às importações de bens de consumo e ao custeio do padrão de vida da população urbana, deixaram rimbos insustentáveis no orçamento nacional. Enquanto a década de 1970 viu os défices dos saldos comerciais e de pagamentos crescerem e a dívida

⁸⁰ SCHREINER, 1996, p. 21

⁸¹ Padrão ouro-dólar foi um sistema monetário estabelecido pelos Acordos de Bretton Woods em 1945. Sob este sistema, muitos países fixaram suas taxas de câmbio em relação ao dólar dos Estados Unidos com a condição de que os EUA fixassem o preço do ouro em aproximadamente \$35 por onça troy (31,104 gramas). Implicitamente, portanto, todas as moedas atreladas ao dólar também tinham um valor fixo em termos de ouro. Essa fase do padrão-ouro terminou em 15 de agosto de 1971, quando os EUA abandonaram inteiramente o sistema de Bretton Woods, acabando com a convertibilidade direta do dólar em ouro, o que ficou conhecido como "Choque Nixon".

⁸² SCHREINER, 1996

externa líquida aumentar, foi em meados da década de 1980 que o país chegou a beira de um colapso financeiro e econômico⁸³.

Impulsionado, sobretudo, pelas reformas adotadas por Gorbachev em 1985, o processo de transformação política húngaro teve início oficialmente três anos depois, na Conferência do Partido Comunista em maio de 1988⁸⁴. Nesta data, as eleições dos comitês Central e Político do partido não foram realizadas de acordo com o antigo sistema eleitoral vigente, mas sim segundo um sistema de representatividade que trouxe a possibilidade de novos delegados serem eleitos e deu fim aos 30 anos de autarquia de János Kádár dentro do MSzMP, sendo sua carta de renúncia assinada e entregue em 19 de maio de 1988.⁸⁵

No entanto, foi 1989 o ano de maior relevância para o processo de abertura política húngara. Já em fevereiro foi aprovado o multipartidarismo e os movimentos e associações que começaram a se formar em 1988 foram oficialmente reconhecidos como partidos políticos⁸⁶. Dentre tais associações três partidos merecem destaque pela atuação política que desempenharam no decorrer da trajetória húngara. São eles o partido de centro-direita *Fórum Democrático Húngaro* (MDF)⁸⁷, o partido conservador *União Cívica Húngara* (Fidesz)⁸⁸ e o partido liberal *Aliança dos Democratas Livres* (SZDSZ)⁸⁹.

Em outubro do mesmo ano o Partido Comunista – até então Partido Socialista dos Trabalhadores Húngaros, MSzMP – mudou de nome para Partido Socialista Húngaro⁹⁰ (MSzP), renunciou ao modelo Stalinista para adotar uma linha de governo sócio-democrática e deu início à organização das então primeiras eleições democraticamente livres do país em décadas. Em 09 de novembro do mesmo ano, o Muro de Berlim – a separar Berlim Oriental de Berlim Ocidental – foi oficialmente aberto, o que representou a queda definitiva da Cortina de Ferro⁹¹ existente entre os países do bloco socialista e o restante do mundo capitalista. A queda do Muro simbolizou em si o fim da Guerra Fria e, sobretudo para os países do centro e do leste europeu (CEE), novas perspectivas de mudança. Assim, em março e abril de 1990

⁸³ ORESKOVIC, 2012

⁸⁴ RUELAS, 2009, p. 52

⁸⁵ SCHRIENER, 1996

⁸⁶ RUELAS, 2009

⁸⁷ MDF: sigla de origem do termo em húngaro Magyar Demokrata Fórum

⁸⁸ Fidesz: sigla de origem do termo em húngaro Magyar Polgári Szövetség

⁸⁹ SZDSZ: sigla de origem do termo em húngaro Szabad Demokraták Szövetsége

⁹⁰ MSzP: sigla de origem do termo em húngaro Magyar Szocialista Párt

⁹¹ Cortina de Ferro foi uma expressão usada pelo primeiro-ministro britânico Winston Churchill em 1946 para designar a divisão da Europa em duas áreas de influência político-econômica distintas durante a Guerra Fria, a Europa Oriental, sob ingerência da União Soviética e o pensamento comunista, e a Europa Ocidental, na qual predominada a ideologia capitalista e o poder Norte-americano.

ocorreu a primeira votação democrática da Hungria desde 1948 na qual a população foi convocada a eleger livremente o primeiro partido não-Comunista após 40 anos de ditadura⁹², sendo József Antall, do MDF, o eleito para o cargo de Primeiro Ministro.

Dessa forma, é possível afirmar que uma das consequências imediatas do fim do bloco soviético foi a revalorização do modelo democrático, uma vez que se ampliou imediatamente o número de países que o adotam, consolidando-se assim uma espécie de consenso ideológico em favor da democracia. O resultado prático para as relações internacionais foi o aumento do peso das opiniões públicas sobre a formulação das políticas externas dos países, as quais se tornam mais permeáveis aos interesses e reivindicações dos grupos sociais politicamente mobilizados. Dessa forma, foi possível notar uma ampliação do caráter público da diplomacia e a, conseqüente, uma abertura da agenda internacional para temas que vão além dos aspectos de segurança e envolvem a opinião pública como: direitos humanos, meio ambiente, imigração, narcotráfico e não proliferação de armas nucleares. Tais motes ganharam grande relevância nas discussões e negociações internacionais desenvolvendo-se sob constante vigilância e, em muitos casos, influência de grupos particulares, da imprensa e da opinião pública de forma geral⁹³.

O fim da Guerra Fria acentuou, portanto, características das relações internacionais ligadas a uma nova ordem mundial multipolar na qual temas anteriormente tratados como secundários ganham peso na construção de alianças e tem relevância diante da progressiva difusão de poder para além do centro euro-atlântico⁹⁴. Em outras palavras, pôde-se perceber neste momento o aprofundamento do cenário exposto pela teoria da Interdependência Complexa. Ao afrouxarem o controle sobre a sociedade e abrirem suas portas para a democracia e para o livre comércio, os países da CEE tornaram-se mais expostos a uma variada gama de temas com maior ou menor grau de influência no sistema internacional impactando diretamente em como estes países são vistos internacionalmente e como serão capazes de inserirem-se no SI em busca de parceiros comerciais e alianças políticas.

⁹² SCHREINER, 1996

⁹³ BARROS, 1998, p. 30

⁹⁴ Ibidem, p. 31

4 A REABERTURA DEMOCRÁTICA: DE 1990 A 2004

Com o colapso da ditadura comunista na URSS em 1989, a maioria dos países da CEE começou a adotar medidas no sentido de desenvolver economias mais voltadas ao sistema de mercado assim como estruturas políticas multipartidárias e mais democráticas. Por sua vez, cada país encaminhou seu processo reformista de forma diferente, obtendo resultados distintos, tanto no curto como no longo prazos, se comparados com a trajetória vivida dentro da Hungria⁹⁵. No entanto, para ter uma visão geral do novo período democrático, é preciso considerar um cenário econômico internacional interligado e mais aberto, tendo como referência não só as medidas adotadas internamente como também as relações do país com organizações supranacionais como o FMI, a União Europeia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)⁹⁶.

Dessa forma, este capítulo apresentará o contexto econômico e político húngaro vivido após a adoção do capitalismo. Para tanto, o capítulo será dividido em duas etapas. A primeira parte irá apresentar o período de consolidação do processo democrático entre a primeira e a segunda eleições livres, isto é, entre 1990 e 1994. A segunda parte, por sua vez, estudará o período de estabilização da nova economia de mercado até a entrada efetiva do país na União Europeia, cobrindo os anos entre 1994 e 2004. Tais etapas tem o intuito de analisar os resultados econômicos apresentados pelo país após o fim do regime comunista até a metade da segunda década do século XXI a fim de tentar entender como se deu o processo de “europeização” buscado pela Hungria dentro do contexto da economia política internacional para, posteriormente, analisar os impactos econômicos e políticos da entrada do país na UE.

4.1 A CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO: 1990 A 1994

Conforme aponta Schreiner (1996), o estado socialista foi fundamental para modernizar o país. Em termos de indicadores sociais relacionados à qualidade de vida e economia, a Hungria obteve resultados significativos já nos primeiros anos do período comunista. Aspectos como acesso aos estudos, expectativa de vida, pobreza, mortalidade infantil, bem estar social e capacidade de compra apontaram melhoras consideráveis em comparação com os anos anteriores, bem como em comparação com os países vizinhos. Tais

⁹⁵ COX; FURLONG, 2016

⁹⁶ OTAN (em inglês: North Atlantic Treaty Organization - NATO) é uma aliança militar intergovernamental criada em 4 de abril de 1949 que constitui um sistema de defesa coletiva através do qual seus Estados-membros concordam com a defesa mútua em resposta a um ataque por qualquer entidade externa à organização. Criado durante o início da Guerra Fria, a organização uniu as democracias da Europa Ocidental e os Estados Unidos para a prevenção e defesa dos países membros contra eventuais ataques vindos do Leste Europeu, o que resultou posteriormente a uma rivalidade com os países do Pacto de Varsóvia. Atualmente a aliança conta com 28 países membros, sendo parte deles ex-membros do Pacto de Varsóvia, fechado em 1991 com o fim da Guerra Fria.

melhorias foram resultado da implementação do modelo stalinista de nacionalização, o qual expandiu consideravelmente o número de indústrias com o objetivo de fazer a economia nacional o mais autossuficiente possível. Assim, essa estratégia de modernização levou o país no sentido da urbanização por meio de três fatores centrais: investimentos em infraestrutura, promoção de um sistema público de bem-estar social, e extensão da educação de base para a maioria da população aliada a incentivos à cultura como a construção de teatros e bibliotecas⁹⁷.

No entanto, tais aspectos positivos não minimizaram os prejuízos trazidos pela ditadura comunista imposta pelo MSzMP durante os 40 anos de Guerra Fria. Ainda que os resultados apresentados pelo modelo econômico comunista tenham trazido impactos positivos para a população nos primeiros anos de implementação, a esfera política, no entanto, concentrou-se em um núcleo restrito de pessoas responsáveis pelas decisões nacionais. Além da falta de democracia e de liberdade política, a população vivia sobre a ameaça constante de invasão militar por parte da URSS – sobretudo após a tentativa de revolução de outubro de 1956.

A ausência de oposição política levou, por fim, à manutenção de um regime econômico elitista e pouco competitivo se comparado com os modelos ocidentais de mercado com os quais a Hungria deve de competir no cenário internacional após o processo de reabertura política. Ao definir os planos anuais para a economia, o governo forçava uma fixação artificial tanto do nível de produção quanto dos preços finais, o que em muito desestimulou a inovação tecnológica e os investimentos na produção. Ainda que o governo tenha tentado inovar com as reformas trazidas pelo NEM, a grande ineficiência do modelo stalinista implantado na época – seja no setor industrial, seja na agricultura – resultou em problemas estruturais muito significativos⁹⁸. A então nova *República da Hungria* surgiu do período comunista melhor preparada para reformas institucionais, porém com uma situação financeira crítica, uma base econômica pouco desenvolvida, elevada dívida externa e altas taxas de desemprego⁹⁹.

Enquanto o processo de transição político foi considerado estável e bem estruturado pela ação dos reformistas do MSzMP, e posteriormente pelo MSzP, durante o final da década de 1980, o processo de abertura econômica foi, no entanto, muito mais conturbado. Empossado

⁹⁷ WILKIN, 2016

⁹⁸ Idem

⁹⁹ ORESCOVIK, 2012

para o cargo de primeiro ministro em 23 de maio de 1990, József Antall do MFD, assumiu o cargo com a missão de promover – quase que simultaneamente – a macroestabilização da economia e dar início à liberalização do comércio, sem deixar de preocupar-se com a manutenção de um sistema de apoio social (*safe net*) para grande parte da população. O processo de privatização centrou-se, sobretudo, na venda de muitos ativos estatais para entidades estrangeiras e na venda dos setores de energia, telecomunicações e fármacos a fim de utilizar as receitas finais geradas para tentar reduzir a dívida externa¹⁰⁰.

A dissolução do COMECON teve também grande impacto no curso da transição econômica e política vivida pela Hungria. Baseada em acordos bilaterais, a balança comercial dos países membros do Conselho era anualmente coordenada como parte do processo de planejamento econômico das importações e exportações. Dentro deste sistema, tanto os preços quanto os volumes a serem produzidos pelas empresas e trocados entre os países membros eram previamente definidos e posteriormente subsidiados pelo governo para a manutenção dos acordos estabelecidos. Durante a crise vivenciada pelos países do bloco socialista durante a década de 1980, a manutenção deste sistema de acordos se viu fragilizada, sobretudo, no tocante à manutenção dos preços artificialmente estabelecidos. Tal fragilização resultou na dissolução definitiva do bloco em 1991, impactando diretamente no nível de receita estimado pelo governo¹⁰¹.

Assim, o fim do COMECON pode ser traduzido como a perda da renda proveniente das exportações realizadas com os principais parceiros comerciais da Hungria. Isso gerou um impacto desastroso tanto sobre as contas e gastos do governo, quanto sobre os salários e o nível nacional de empregos. Diante disto, o país se viu perante a um novo cenário econômico no qual teria de inserir suas empresas dentro do sistema de mercado internacional sem o “amparo” dos subsídios anteriormente garantidos. Não só os preços dos bens, como também os volumes até então comercializados foram expostos a uma concorrência global que exigia produtos de maior qualidade quando a intenção era exportar, e oferecia preços mais elevados quando se desejava importar¹⁰². Diante disso, a década de 1990 foi marcada por uma forte crise de liquidez cambial; a inflação subiu 30% entre 1990 e 1991, e o PIB húngaro caiu mais de 20% entre 1989 e 1993¹⁰³.

¹⁰⁰ Idem

¹⁰¹ World Bank Report 1991

¹⁰² DANCS, 2000, p. 246

¹⁰³ ORESKOVIC, 2012

4.2 O PERÍODO DE ESTABILIZAÇÃO: DE 1994 a 2004

Nas eleições seguintes, o MSzP surgiu como o partido mais popular da Hungria e principal agente da oposição. Com a proposta de aliviar os encargos da transformação econômica, o partido socialista – em aliança com os democratas livres do SZDSZ – alcançou o maior número de cadeiras no Parlamento e elegeu Gyula Horn como primeiro ministro, em maio de 1994¹⁰⁴. O partido então eleito trouxe uma completa renovação às políticas fiscal e monetária já nos primeiros meses de governo. No entanto a real mudança sobre tais políticas veio em 1995 com o “Pacote Bokros” – nomeado a partir do Ministro das Finanças Lajos Bokros, mentor do programa – que incluía diversos cortes de gastos públicos e estratégias para aumentar a receita¹⁰⁵.

Durante 1990-1994, a Hungria fixou sua moeda ao dólar e promoveu desvalorizações cambiais pouco previsíveis ou estáveis. Por sua vez, o novo regime trazido por Bokros centrou-se na estabilidade da taxa de câmbio por meio de um programa de minidesvalorizações¹⁰⁶ em intervalos frequentes e previamente anunciados com o objetivo final de controlar a inflação. A mudança monetária foi seguida por um período de déficits crescentes, contração econômica e incerteza, no entanto, passada esta fase, taxas positivas de crescimento puderam ser vistas a partir de 1997¹⁰⁷. Isso de deu, pois, a moderação dos salários e a queda do consumo público produziram uma diminuição da procura interna em 1995 e 1996. Esta situação teve por consequência um abrandamento do crescimento do PIB, tendo a respectiva taxa passado de 2,9% em 1994 para 1,5% em 1995, e 0,01% em 1996. Embora o crescimento se tenha mantido positivo, isto deveu-se às exportações. A desvalorização do florim estimulou o crescimento das exportações em 1995, o qual teve como efeito a redução do déficit da balança de transações correntes¹⁰⁸.

No tocante à política fiscal, promoveu-se uma redução drástica das despesas, essencialmente no nível salarial do setor público, além de cortes severos nas transferências orçamentais para os caixas destinados à segurança pública. Foram também incentivados a privatização de empresas estatais e a recapitalização do setor bancário, o que permitiu reduzir o déficit orçamental público em mais da metade em 1996¹⁰⁹. As medidas implantadas pelo novo governo foram capazes de conquistar a confiança dos investidores e organizações

¹⁰⁴ ANDERSON; LEWIS-BECK; STEGMAIER, 2003

¹⁰⁵ DANCS, 2000

¹⁰⁶ Crawling peg scheme

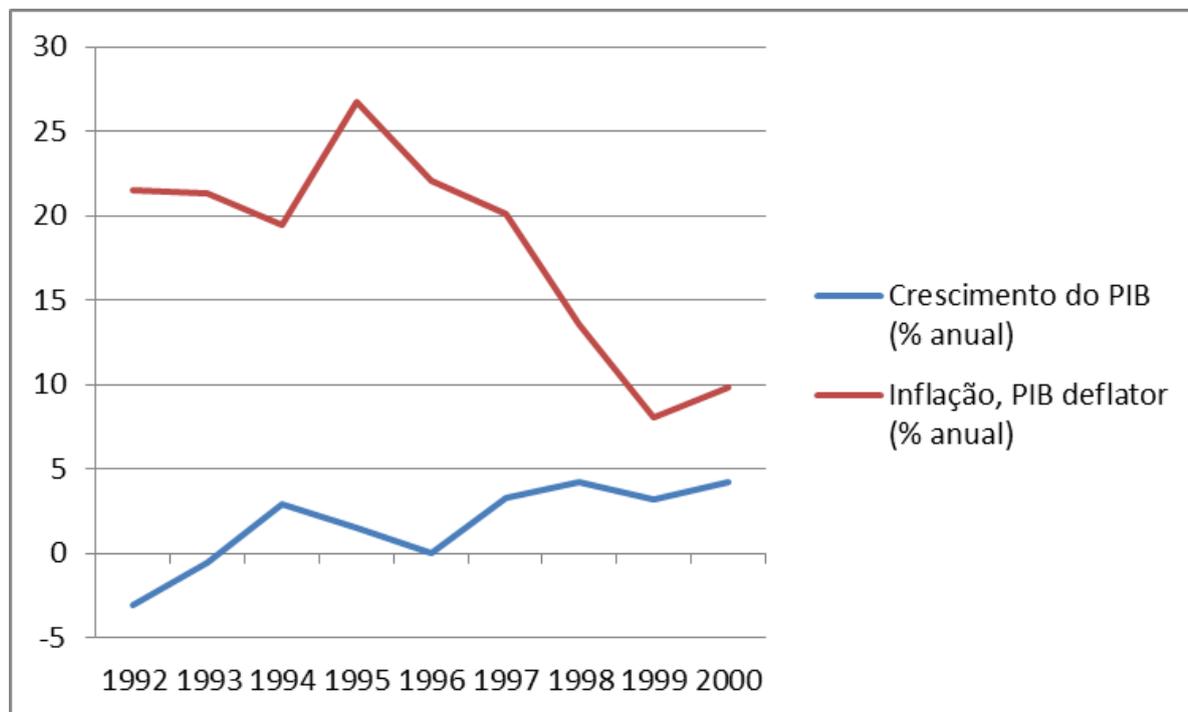
¹⁰⁷ FLEMING, 2009

¹⁰⁸ REORT PARLAMENTO EUROPEU, 2000, p.15

¹⁰⁹ Ibidem, p.16

internacionais (como FMI e Banco Mundial) e aumentar consideravelmente o volume de Investimentos Diretos Externos (IDE). Tais investimentos, associados ao processo de privatização, obtiveram resultados positivos no sentido de reverter as baixas receitas obtidas pelo governo durante os primeiros anos da década de 1990¹¹⁰.

FIGURA 3 – Crescimento do PIB versus Inflação Húngara entre 1992 e 2000



Fonte: WORLD BANK DATA, 2017. Elaborado pela autora.

Nos anos seguintes o crescimento da Hungria consolidou-se, estimulado por um volume regular de investimentos diretos externos que contribuíram para a modernização da economia e favoreceram o ritmo de crescimento. Como é possível ver no gráfico, a inflação de 26,73% no ano de 1995 passou a registrar resultados consideravelmente melhores nos anos seguintes alcançando taxas anuais inferiores a 10% a partir de 1999. Neste mesmo sentido, é possível perceber também uma melhora no tocante ao crescimento do produto interno bruto húngaro. Após a estagnação observada em 1996 (0,01% de taxa de crescimento), o país alcançou nos anos seguintes médias anuais superiores a 3%, atingindo 4,22% em 1998 e 4,2 em 2000.

O saneamento das finanças públicas e uma melhoria notável da balança de pagamentos permitiram a redução da dívida externa. Assim, a desaceleração provocada pelo programa de estabilização de 1995 deu lugar a uma aceleração do crescimento marcada essencialmente por

¹¹⁰ CZABAN; WHITLEY, 2000

um forte aumento da produção industrial. No período de 1997-1998, verificou-se um novo reforço da posição exterior: em 1997, o déficit das operações correntes diminuiu 40% em relação a 1996, em consequência de uma redução de mais de um terço do déficit da balança comercial e da melhoria da balança turística; em 1998, o comércio externo continuou a progredir fortemente, sendo as exportações mais elevadas do que as importações durante os três primeiros trimestres, além de uma evolução do consumo, devido à continuação do aumento dos salários e à diminuição do desemprego¹¹¹.

Em 1998 a Hungria estava totalmente integrada à economia global. Com o aporte de tratados internacionais, a liberalização do comércio e do investimento foi concluída e o capital transnacional passou a ser dominante na indústria e no setor financeiro. Além disso, houve uma mudança na estratégia nacional de produção atender não só a demanda interna, como também a gerada pelos mercados estrangeiros, o que mostra a importância crescente das exportações como porcentagem do PIB. Ao mesmo tempo em que as políticas neoliberais haviam promovido avanços positivos sobre os indicadores econômicos, o âmbito social também foi permeado pelo capitalismo liberal que minou o sistema bem estar social garantido durante o período comunista. A austeridade fiscal e monetária implantadas, sobretudo, a partir de 1995 promoveram cortes substanciais no setor público, incluindo os setores de saúde e pensões¹¹².

Tais reformas fiscais afetaram a popularidade do governo socialista e, nas eleições parlamentares seguintes, em maio de 1998, o partido de centro-direita Fidesz conquistou o maior número de cadeiras e elegeu Viktor Orbán para a posição de primeiro ministro. Foi justamente durante seu mandato que começaram as negociações formais de ascensão do país à União Europeia, assim como para a entrada do país na OTAN, consolidada em 1999. Tais processos de negociação promoveram uma mudança de foco do centro de tomada de decisão política da democratização à modernização para integração¹¹³.

O conceito de Europeização (*eupeization*) dos países da CEE, muito usado na literatura sobre o processo de expansão da EU, consiste nas mudanças institucionais, políticas e legais adotadas no sentido de aproximarem-se das normas comuns entre os países formadores do bloco europeu¹¹⁴. Conforme apontam Éltető, Inotai e Meisel no texto

¹¹¹ CZABAN; WHITLEY, 2000

¹¹² DANCS, 2000

¹¹³ AGH, 2002

¹¹⁴ EXADAKTYLOS; RADAELLI, 2009; apud ARIKAN 2012

publicado em 2000 a cerca do posicionamento húngaro perante possibilidade de integração europeia:

As principais orientações da política comercial adotadas pela Hungria para a década enfatizam a plena integração da economia húngara na rede mundial de comércio através de: (1) a continuação da liberalização econômica e comercial como forma de promover os ajustamentos estruturais; (2) melhores condições de acesso ao mercado e possibilidades para as exportações húngaras; (3) reorientação do mercado; e (4) mudança no centro de gravidade das relações econômicas externas. Para atingir estes objetivos, a Hungria atribuiu grande importância à evolução e manutenção do ambiente econômico externo, que inclui normas e princípios acordados multilateralmente. Neste contexto, e enquanto país pequeno, a Hungria reconhece a importância de um sistema comercial multilateral que funcione bem. Sendo assim, tal como refletido nas principais orientações da política comercial, o principal enquadramento para a integração na economia mundial é a integração da Hungria na União Europeia (ÉLTETÖ; INOTAI; MEISEL, 2000, p. 43, tradução nossa).

A Hungria tinha, assim, uma percepção positiva a cerca da entrada do país na EU durante os quatro anos de mandato de Viktor Orban. Percepção esta que foi ainda mais ressaltada pelos socialistas do MSZP durante a campanha para as eleições parlamentares de 2002 e que lhes garantiu apoio popular e maioria nas eleições parlamentares em maio do mesmo ano. Dentre as expectativas de ganho buscadas pelo governo, temas como economia, política e segurança foram levantados como sendo mais vantajosos dentro do cenário de participação do processo de integração regional do que permanecendo fora da União Europeia.

O interesse econômico nacional seria satisfeito por um melhor acesso aos subsídios da UE e ao financiamento direto, bem como pela percepção da estabilidade econômica associada ao fato de ser um membro do bloco, o que incentiva a confiança dos investidores e, conseqüentemente, impacta em um maior volume de investimentos diretos externos. O interesse político nacional, por sua vez, seria atingido pelos benefícios financeiros, jurídicos e estratégicos da política comum da UE na luta contra fatores como a corrupção política e econômica, o crime organizado transnacional e o terrorismo; bem como pela estabilidade política percebida internacionalmente após a adoção dos critérios de exigência política para concluir o processo de adesão, definidos no Critério de Copenhague¹¹⁵. Os interesses em

¹¹⁵ Os Critérios de Copenhague, ou Critérios de Adesão, são as condições iniciais, definidas 1993, para a entrada de um país na União Europeia. Durante as negociações com cada país candidato, o progresso no sentido de cumprir os critérios de Copenhague é monitorado regularmente.

matéria de segurança, por outro lado, se beneficiam do desenvolvimento da Política Europeia Comum de Segurança e Defesa¹¹⁶ (PECSA) e da garantia implícita de segurança militar da adesão à EU¹¹⁷.

Ao adotar a estratégia de adesão do país a organizações internacionais como a OTAN e a União Europeia, o governo húngaro atua no sentido de inserir-se no sistema internacional por meio da integração regional. A rápida evolução tecnológica, associada à grande difusão dos meios de comunicação a partir do final do século XX, tornaram evidente que a participação de um país no cenário global multipolar ia além da troca de bens ou da conquista de territórios. Uma gama variada de temas passou permear as ações políticas nacionais em um complexo entrelaçamento dos conceitos antes definidos com sendo apenas da esfera doméstica (low politics) ou de segurança (high politics). Assim, ao perceber como vantajosa e relevante a assinatura dos termos estabelecidos pela UE, a Hungria abre-se conscientemente para a adoção de tais mudanças no regime internacional e, conseqüentemente, torna-se progressivamente mais interdependente de seus vizinhos.

Sob o comando de Péter Medgyessy o governo reforçou os esforços para cumprir os Critérios de Adesão definidos pelo Tratado de Copenhague em 1993 para garantir a entrada do país ao bloco europeu. Entre outros aspectos, a adesão exige que o país candidato tenha alcançado estabilidade das instituições que garantem a democracia, o Estado de direito, e o respeito e a proteção às minorias; assim como assegurar a existência de uma economia de mercado em funcionamento; e a capacidade de assumir as obrigações de adesão, incluindo a adesão aos objetivos da União Econômica e Monetária (UEM)¹¹⁸.

A partir do início das negociações até os primeiros anos da década de 2000 a Hungria realizou progressos consideráveis na harmonização do direito e nas reformas macroeconômicas e políticas havendo concluído, até 2002, 24 dos 31 capítulos considerados nas negociações das suas condições de entrada na EU faltando aspectos como: esforços no domínio da política ambiental, reestruturação do sector ferroviário e reformas na política orçamental. O processo de adesão à UE não estabelece requisitos específicos e quantificados para a política fiscal e monetária. Ainda assim, a sustentabilidade das políticas

¹¹⁶ A Política Comum de Segurança e Defesa (Common European Security and Defence Policy, ou CESDP) é um elemento importante da Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia e é o domínio da política da UE em matéria de defesa, bem como a gestão de crises civis. A PESD foi o sucessor da Entidade Europeia de Segurança e Defesa no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte, mas difere da mesma no sentido de ser da competência da própria União Europeia, incluindo países sem vínculos com a OTAN.

¹¹⁷ BUTLER, 2007

¹¹⁸ OECD 2002

macroeconômicas é um elemento-chave para determinar a prontidão dos países candidatos à adesão. Este requisito inclui o desenvolvimento de infraestrutura, o reforço da competitividade e a implementação do Acervo Comunitário Europeu¹¹⁹. O principal desafio da política fiscal é assegurar o financiamento correspondente, reduzindo simultaneamente os níveis globais de despesas e de déficit¹²⁰.

Decorrido o processo de negociações e ajustes do país, foi oficializada em primeiro de maio de 2004 a adesão da Hungria na quinta onda de alargamento da União Europeia, a qual aprovou a entrada de outros nove países Chipre, República Checa, Estônia, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, Eslovênia e Eslováquia.

Os quinze anos que se seguiram ao processo de abertura decorrente do fim do comunismo em 1989 foram um tanto desafiadores para a Hungria. Após 40 anos de institucionalização da ideologia soviética, o país teve de ir além da reestruturação interna das instituições políticas para inserir-se globalmente como uma democracia de livre mercado. É neste contexto que o foco de análise da política econômica internacional torna-se fundamental: é preciso trazer tanto o estudo econômico quanto a discussão política ao mesmo plano para que seja possível compreender as instabilidades e os avanços vividos pela Hungria.

A abertura econômica e política levada a cabo pelo país durante a década de 1990 trouxe para dentro das fronteiras a participação de atores internacionais como bancos, empresas transnacionais, organizações não governamentais (ONGs) e a opinião pública internacional a influenciar direta ou indiretamente as ações do governo nacional. As privatizações, por exemplo, foram fundamentais para reequilibrar a balança de pagamentos húngara, porém, mais do que isso, ligaram o país ao ciclo do capital financeiro internacional. A União Europeia, por sua vez, viria para adicionar ainda complexidade à rede de laços e interdependências que se formava.

¹¹⁹ O acervo comunitário ou adquirido comunitário (adaptado do francês *acquis communautaire*) constitui a base comum de direitos e obrigações que vinculam todos os Estados-Membros a título da União Europeia. Assim sendo, além do Direito comunitário propriamente dito, o adquirido comunitário é constituído por todos os atos adoptados no âmbito do segundo e terceiro pilares da União Europeia, assim como por todos os objetivos fixados pelos Tratados. Antes de aderirem à União, os países candidatos devem aceitar este acervo comunitário e transpô-lo a nível das suas legislações nacionais. As derrogações são excepcionais e de âmbito limitado e esses países deverão passar a aplicá-lo a partir da sua adesão efetiva.

¹²⁰ OECD 2002

5 UMA ANÁLISE ECONÔMICA E POLÍTICA DOS IMPACTOS PÓS-UNIÃO EUROPEIA

Durante a década de 1990 a Hungria enfrentou dois grandes desafios. O primeiro deles foi completar, em um curto período de tempo segundo o ponto de vista histórico, a transição de um regime socialista para uma economia de mercado, modernizando suas instituições e criando novos meios de posicionamento político e econômico. O segundo foi, paralelamente, mover-se no sentido de uma integração europeia em busca de uma harmonização legal e econômica na tentativa de alcançar sua ascensão à UE. Para tal, foi necessário promover uma liberalização – econômica e social – significativa, assim como alterar a estrutura de propriedade privada e criar condições que favorecessem a participação do capital estrangeiro¹²¹.

Este capítulo será dividido em duas etapas, sendo a primeira uma análise dos indicadores econômicos apresentados pela Hungria entre os anos 1990 e 2015. Tal análise tem o intuito de observar os resultados apresentados pelo país após o fim do regime comunista até a metade da segunda década do século XXI a fim de tentar entender quais foram os impactos da entrada do país na União Europeia sobre a economia atual húngara. Já a segunda parte, por sua vez, buscará analisar a trajetória política pela qual passou o governo húngaro e assim estudar a relação entre as transformações econômicas e políticas vividas no país.

5.1 INDICADORES ECONÔMICOS

As últimas décadas da história húngara mostram uma força constante no sentido de eliminação de barreiras – econômicas, políticas, institucionais e sociais – na busca de um posicionamento autônomo no cenário internacional. Neste sentido, a União Europeia mostrou-se um sistema articulado de economias nacionais intercambiando bens, serviços, capitais, tecnologia e trabalho, vantajoso para os objetivos do país no início do século XXI. Dessa forma, ao introduzir-se em um contexto dinâmico de assimetrias estruturais a Hungria pôde acompanhar diversas fases pelas quais passou a economia global. Saltos tecnológicos, mudanças de padrões monetários, crises financeiras, anos de crescimento sustentado seguidos de conjunturas de estagnação, surtos de liberalização alternando com impulsos de protecionismo comercial, incorporação de novos atores econômicos e preservação de velhas desigualdades estruturais, fases de fechamento e de abertura aos movimentos de pessoas e aos

¹²¹ ÉLTETÖ; INOTAI; MEISEL, 2000

fluxos de capitais¹²², enfim, uma gama variada de tendências e de ciclos que representaram grande desafio para a economia nacional húngara.

O boom econômico global que impulsionou fortemente a década de 2000 – aliado à política fiscal expansionista adotada pelo país, sobretudo, a partir de 2002 – conduziram a Hungria a um crescimento econômico real até 2006. Neste período o país destacou-se regionalmente em setores como: a indústria pesada (mineração, metalurgia, maquinário, produção de aço); a produção de energia e produtos químicos; a indústria alimentícia – sobretudo, derivados de leite – e na produção de automóveis. O PIB húngaro foi de 34,6 bilhões de dólares americanos em 1991 para 47,2 bilhões de dólares em 2000. Porém o real aumento pode ser visto na primeira década do século XXI. Em 2008 o produto interno nacional chegou a 157,2 bilhões de dólares, representando um crescimento de mais de 300% no montante total da riqueza no tocante a bens e serviços finais produzidos do país¹²³.

No entanto, tal crescimento não foi acompanhado por uma política fiscal equilibrada e responsável. A taxa de crescimento da economia húngara, que se expandiu em torno de 4% até 2006, mostrou-se insustentável diante do cenário de recessão econômica vislumbrado a partir da segunda metade da década de 2000, uma vez que a política fiscal adotada pelos governos anteriores a 2010 geraram desequilíbrios estruturais permanentes¹²⁴. Tal crescimento sem fundações macroeconômicas estáveis perdeu força em 2006, e essencialmente parou nos dois anos que precederam o início da crise mundial dos mercados de capitais em 2008. Aliado a isto, a Hungria teve de lidar com a assimetria existente dentro do bloco europeu. Mesmo tendo mantido uma taxa de crescimento de 4% entre 1997 e 2004, enquanto o PIB dos antigos Estados-Membros da UE crescia anualmente em média 2,2% durante o mesmo período, esta diferença nas taxas de crescimento não foi suficientemente grande para suprir o hiato de receita entre a Hungria e os antigos membros da UE¹²⁵. Tais aspectos culminaram tanto na fragilidade apresentada pelo país em 2009, com uma taxa de crescimento de -6,5% ao ano, quanto na estagnação econômica apresentada nos anos seguintes com taxas de crescimento expressivamente baixas: 0,6% em 2010; 1,7 em 2011; e -1,6 em 2012.

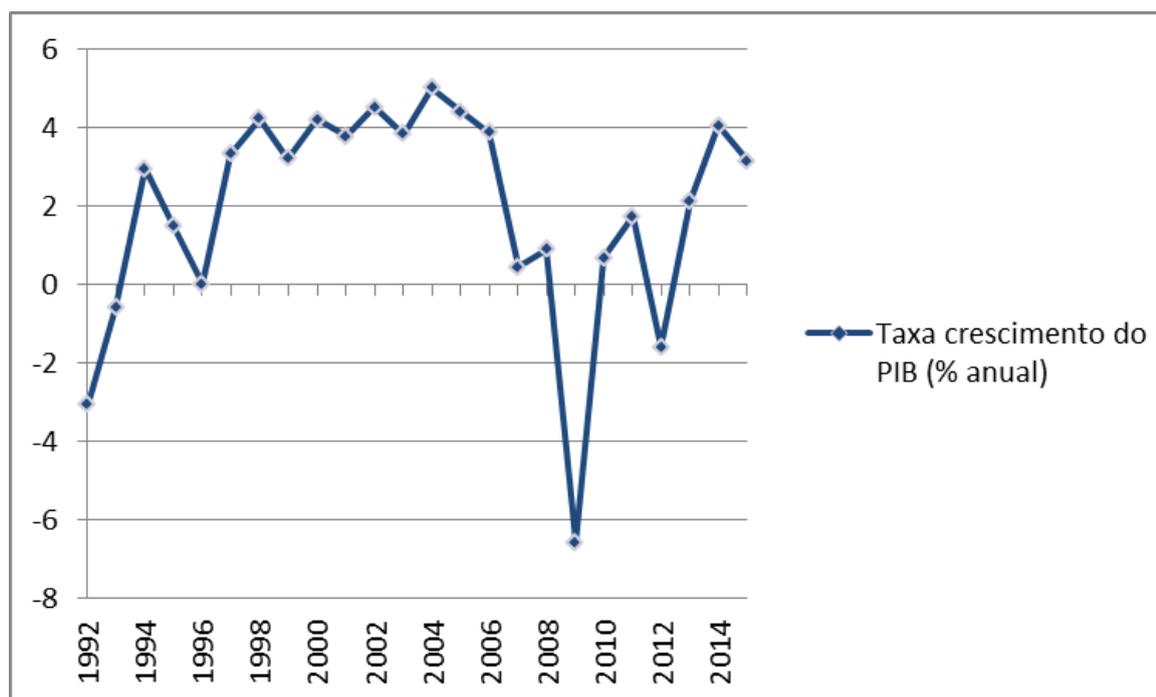
¹²² ALMEIDA, 2001

¹²³ EEAG, 2012, p. 117

¹²⁴ Ibidem, p. 122

¹²⁵ Ibidem, p. 125

FIGURA 4 - Crescimento Anual do Produto Interno Bruto Húngaro entre 1992 e 2015



Fonte: World Bank Data, 2017. Elaboração da autora

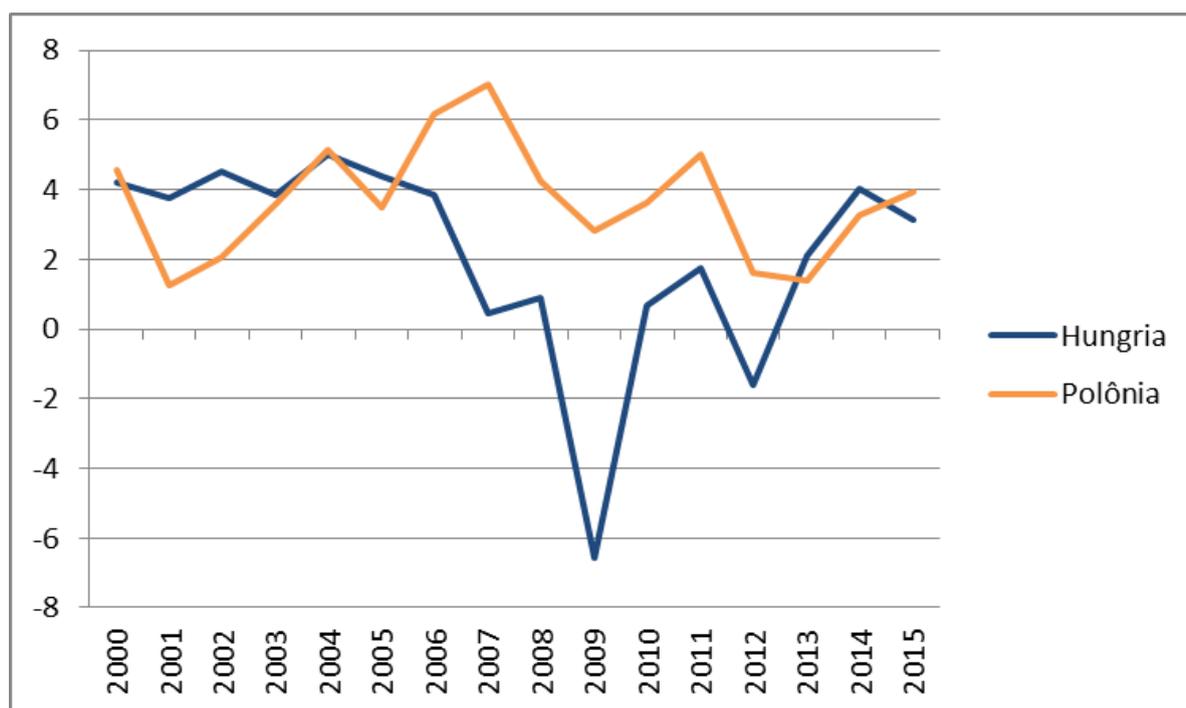
A Hungria foi precursora entre os antigos países da CEE em termos de reformas de mercado adotando gradualmente, ainda no final da década de 1980, medidas para liberalização da economia. Assim, no início da década de 1990, o país parecia estar em uma posição favorável no tocante à equiparação com os países da EU tanto em termos de nível de rendimento como de qualidade institucional. No entanto, esta convergência não se provou tão rápida quanto se previa para meados da década seguinte.

A Hungria foi um dos primeiros países a candidatarem-se a um resgate internacional administrado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) durante a crise financeira e, até o final de 2011, era um dos países financeiramente mais vulneráveis da Europa fora da zona do euro. Se comparada aos países vizinhos, também ex-comunistas, a estagnação econômica vivida pela Hungria a partir de 2007 tornou-a o membro mais pobre do Grupo de Visegrad¹²⁶, enquanto a Polónia, por exemplo, apresentou um forte desempenho de

¹²⁶ Visegrad Group, também conhecido como V4, é uma aliança formada entre Hungria, Polónia, República Checa e Eslováquia para fins de cooperação. O moderno V4 formou-se na cidade húngara de Visegrad, em 15 de Fevereiro de 1991, durante uma reunião entre os chefes de governo dos países membros com o objetivo de reforçar a cooperação e promover a integração do grupo à União Europeia. Essa estratégia mostrou-se bem sucedida e os membros do grupo aderiram à comunidade europeia, ao lado de outros seis países, em 1 de maio de 2004, o que fez o V4 perder importância. No entanto, a cooperação e a aliança entre os quatro países continua em campos como cultura, educação, ciência para além da área econômica.

crescimento desde 1995 e, conseqüentemente, um menor abalo por parte da crise de 2008¹²⁷. Como ilustra o gráfico abaixo, a Polônia manteve sua taxa de crescimento do PIB positiva durante todo o período. Mesmo durante o auge da crise, em 2009, quando a Hungria registrou um crescimento anual negativo de -6,5%, o país vizinho manteve-se a média de 2,8%.

FIGURA 5 - Comparação Entre As Taxas De Crescimento Do Produto Interno Bruto Da Hungria E Da Polônia Entre 2000 E 2015, em porcentagem



Fonte: World Bank Data, 2017. Elaboração da autora

Durante a preparação para a adesão à União Europeia, grande maioria dos países da CEE liberalizaram os movimentos de capitais. Desta forma, a privatização, sobretudo, do setor bancário elevou a instalação de transnacionais com fácil acesso aos mercados internacionais de capitais. Em particular, os bancos financiados a baixos custos por bancos parceiros passaram a oferecerem empréstimos hipotecários de baixo custo em moedas estrangeiras, principalmente em francos suíços. Desprezando o risco de taxa de câmbio, as empresas e famílias tomaram empréstimos em moeda estrangeira e, como resultado, adquiriram grandes volumes de moeda estrangeira não coberta. Diante disto, tal estoque de empréstimos teve impacto direto sobre a depreciação da taxa de câmbio nacional e,

¹²⁷ EEAG, 2012, p. 124

consequentemente, sobre o balanço do setor privado. Entre setembro de 2008 e março de 2009, o florim depreciou-se 24% em relação ao euro e 34% em relação ao franco suíço¹²⁸.

Para resolver esta questão, no sentido de estabilizar o montante de capital dos bancos comerciais húngaros e para aumentar as reservas de divisas do Banco Central, o governo húngaro se viu obrigado a pedir ajuda financeira ao FMI e à União Europeia, e, em outubro de 2008 foi acordado um empréstimo de 20 bilhões de euros¹²⁹. Assim, UE transferiu esforços para reduzir o endividamento externo da economia, no entanto, o pacote de empréstimos contratado pelos credores internacionais agiu também no sentido de aumentar a dívida pública (com o ônus do reembolso repassado ao governo seguinte) e reduzir o escopo de políticas econômicas acessíveis ao governo¹³⁰.

Nas eleições de 2010 foi eleito o partido de centro-direita Fidesz com maioria de dois terços das cadeiras parlamentares e a partir de então foi dado início a uma série de medidas consideradas pouco ortodoxas. Para manter o déficit orçamental dentro do estimado, o novo governo introduziu impostos excepcionais sobre as indústrias financeiras, de telecomunicações e de varejo, as quais pertenciam, predominantemente, ao capital estrangeiro. Os impostos sobre o setor financeiro foram baseados em ativos passados e de magnitude maior do que os impostos discutidos na Europa. Além disso, no sentido de impulsionar o crescimento econômico, o governo cortou a taxa de imposto corporativo para empresas de pequeno e médio porte e, em 2011, introduziu uma alíquota de 16% sobre o rendimento salarial. Para apoiar este corte fiscal drástico, as pensões privadas foram nacionalizadas no início de 2011, e os ativos dos fundos de pensão, entre outros, foram usados para cobrir o déficit de receita no mesmo ano. O governo também anunciou um plano de corte de despesas. Como o crescimento econômico não aumentou e as receitas fiscais também não apresentaram um aumento significativo, o governo húngaro anunciou em 2012 um novo aumento sobre as contribuições previdenciárias pagas pelas empresas, assim como sobre diversos impostos que recaíram sobre a população e seu poder de compra¹³¹.

A melhoria do saldo das administrações públicas observada a partir de 2012, no gráfico a seguir, não foi apenas solicitada pelo endividamento substancial gerado pela política fiscal irresponsável dos anos 2000, mas também pela obrigação fiscal do país com a União

¹²⁸ EEAG, 2012

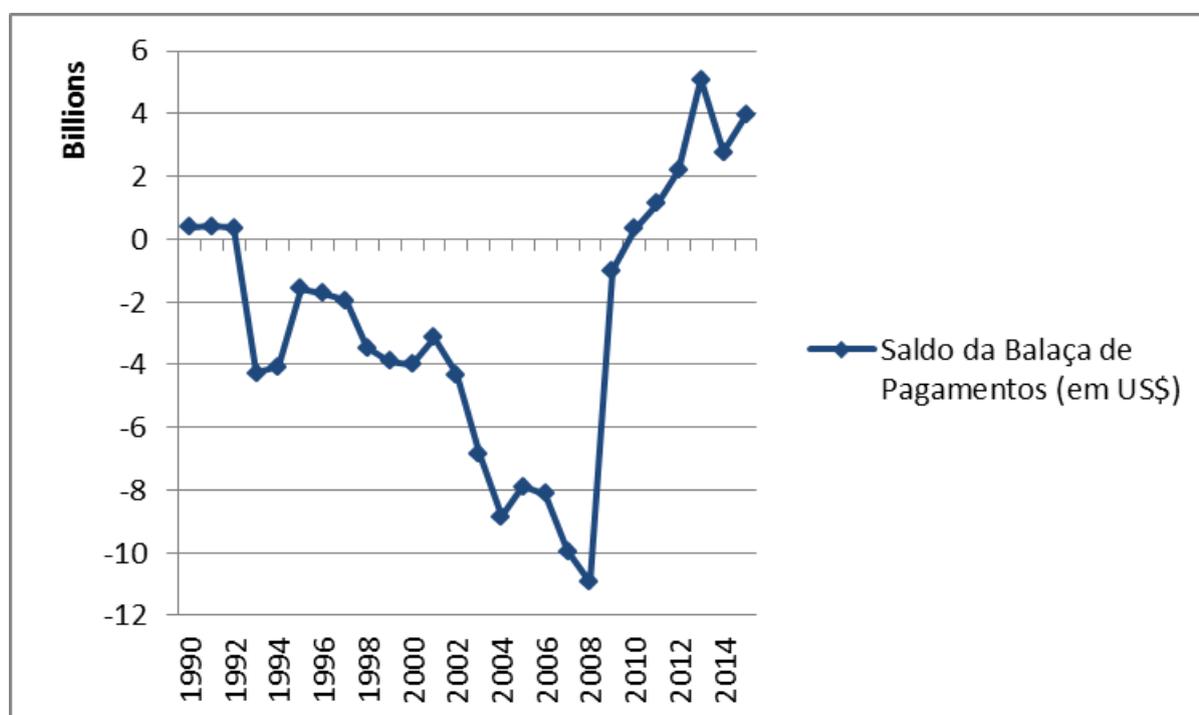
¹²⁹ EUROPEAN COMMISSION, 2016

¹³⁰ MATOLCSY; PALOTAI, 2016

¹³¹ EEAG, 2012

Europeia. A Hungria foi o único caso na Europa, desde sua entrada em 2004, a permanecer continuamente submetido ao Procedimento de Déficit Excessivo¹³² (EDP), uma vez que não conseguiu manter sua dívida orçamentária inferior ao teto de 3% do PIB nacional, conforme estabelecido nos Critérios de Maastricht. A persistente violação deste critério implicava o risco de suspensão dos fundos de coesão da UE¹³³, especialmente nos anos que se seguiram à crise mundial dos mercados de capitais de 2008 e à crise da dívida europeia de 2011, quando Bruxelas esforçou-se para fazer cumprir as regras da União Europeia mais estritamente do que nunca. Dessa forma, o governo não poderia arriscar perder o acesso aos fundos da UE, o que representariam um reforço significativo à economia húngara, e, portanto, respondeu com medidas no sentido da consolidação orçamentária de forma significativa e sustentável¹³⁴.

FIGURA 6 - Saldo da Balança de Pagamentos Húngara de 1990 a 2015, em bilhões de dólares



Fonte: World Bank Data, 2017. Elaboração da autora

¹³² Excessive Deficit Procedure (EDP) trata-se de uma ação lançada pela Comissão Europeia contra todos os membros do bloco cuja dívida orçamentária e/ou dívida pública excederem o teto de 3% e 60%, respectivamente, conforme acordado no EU's Stability And Growth Pact Legislation e anexado ao Tratado de Maastricht. O Procedimento envolve vários passos, e pode resultar em sanções, para encorajar o Estado-Membro a controlar o seu déficit orçamental, aspecto exigido para o bom funcionamento da União Económica e Monetária (EMU).

¹³³ O Fundo de Coesão destina-se aos Estados-Membros cujo Rendimento Nacional Bruto (RNB) por habitante seja inferior a 90% da média da EU e, com isso, reduzir as disparidades económicas e sociais e promover o desenvolvimento sustentável. O Fundo de Coesão atribui um total de 63.4 bilhões de euros a atividades inseridas em categorias como: redes transeuropeias de transportes, infraestrutura e meio ambiente (nomeadamente projetos prioritários de interesse europeu identificados pela EU). A assistência financeira do Fundo de Coesão pode ser suspensa por decisão (por maioria qualificada) do Conselho caso um Estado-Membro apresente um déficit público excessivo e não tenha resolvido essa situação ou não tenha tomado medidas adequadas para tal.

¹³⁴ MATOLCSY; PALOTAI, 2016

A balança de pagamentos húngara apresentou saldos negativos durante praticamente a totalidade das duas primeiras décadas após a abertura da economia para o sistema capitalista atingindo um déficit de -10,9 bilhões de dólares em 2008. Dessa forma, as dúvidas sobre a capacidade do governo húngaro de controlar os défices e a dívida pública foram refletidas no aumento gradual das transações de credit default swap¹³⁵ (CDS) desde meados de 2011. Refletindo o maior risco soberano, a agência de rating Moody's rebaixou o grau de investimento do governo húngaro em 25 de novembro de 2011, seguida também por um rebaixamento na nota data pela Standard & Poor's, em 22 de dezembro do mesmo ano¹³⁶.

A evolução positiva registada tanto no défice do sector público quanto na significativa redução do endividamento externo conduziram a uma melhoria substancial da percepção de risco da Hungria durante o ano de 2012. O estabelecimento de um equilíbrio macrofinanceiro interno criou uma margem de manobra significativa e a perspectiva de inflação decrescente (para a qual as medidas governamentais contribuíram significativamente) permitiu uma flexibilização na política monetária em 2012. Além disso, a melhoria do equilíbrio das administrações públicas em relação ao PIB reduziu a taxa da dívida pública, o que, por sua vez, melhorou a percepção do risco do país. A melhoria do sentimento do investidor reduziu assim os spreads de risco e conduziu a um declínio na curva de rendimentos¹³⁷. Estes geram uma melhoria no saldo orçamental não só através do saldo primário¹³⁸, mas também através da redução das despesas com juros. O declínio dos rendimentos decorrentes da credibilidade criaram mais margem de manobra para cortes nas taxas de juro, e o feedback repetido continuou até que a inflação e o crescimento real atingissem o nível ideal desejado pelos fatores estruturais da economia, o que implica no ajustamento adequado da taxa de juros base do banco central¹³⁹.

É possível perceber pela figura 7 que a entrada da Hungria na União Europeia teve grande impacto sobre o volume de Investimentos Diretos Externos (IDE) recebido pelo país. Durante o processo de privatização da economia durante a década de 1990, o rendimento

¹³⁵ Credit Default Swap (CDS) é um instrumento financeiro muito arriscado lançado pelos bancos americanos e europeus para se proteger da inadimplência. Um banco que emprestou muito dinheiro para uma empresa recorre a outro banco e "troca" (swap) parte do seu direito de receber por uma garantia.

¹³⁶ EEAG, 2012

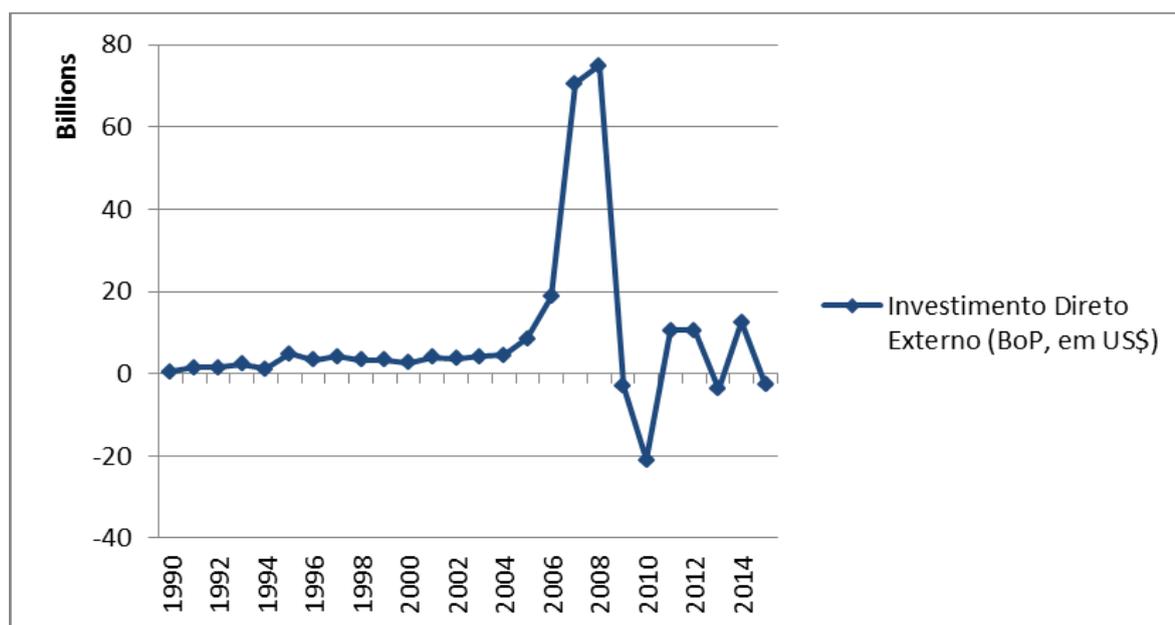
¹³⁷ A Curva de Rendimentos é um indicador de mercado que descreve a relação estabelecida entre uma variação na taxa de desemprego que, conseqüentemente, leva a uma variação nos níveis de renda real num determinado local, apresentando, assim, uma forma factível para determinar como choques de produtividade afetam renda e emprego, medindo, com isso, o grau de flexibilidade do mercado.

¹³⁸ O saldo primário é o resultado das contas públicas excluindo os juros.

¹³⁹ MATOLCSY; PALOTAI, 2016

anual derivado dos IDEs ficou em torno de 3 bilhões de dólares, no entanto, tal valor apresentou um crescimento exponencial a partir de 2004, passando de 4,5 bilhões de dólares no mesmo ano para 75 bilhões em 2008. Contudo, tal crescimento foi acompanhado por um declínio no volume de investimentos estrangeiros recebidos a uma proporção ainda maior nos anos que se seguiram à crise global. Além de uma expressiva retração dos fluxos financeiros internacionais como um todo, a vulnerabilidade apresentada pela economia húngara a partir de 2008 frente a tais retrações levou os investidores a perderem a confiança na eficiência fiscal do governo e assim removerem montantes significativos de capital estrangeiro do país, chegando a um saldo de negativo de 20 bilhões de dólares em 2010. Os anos seguintes foram marcados por uma melhora instável nos fluxos de IDE em parte pelos esforços do governo em manter a saúde fiscal do país a partir de pressões do bloco europeu, em parte pela desconfiança dos investidores expressa pelo rebaixamento da nota do país pelas agências de classificação de risco de crédito e pela consequente flutuação da taxa de juros.

FIGURA 7 - Fluxo de Investimento Direto Externo entre 1990 e 2015 em bilhões de dólares



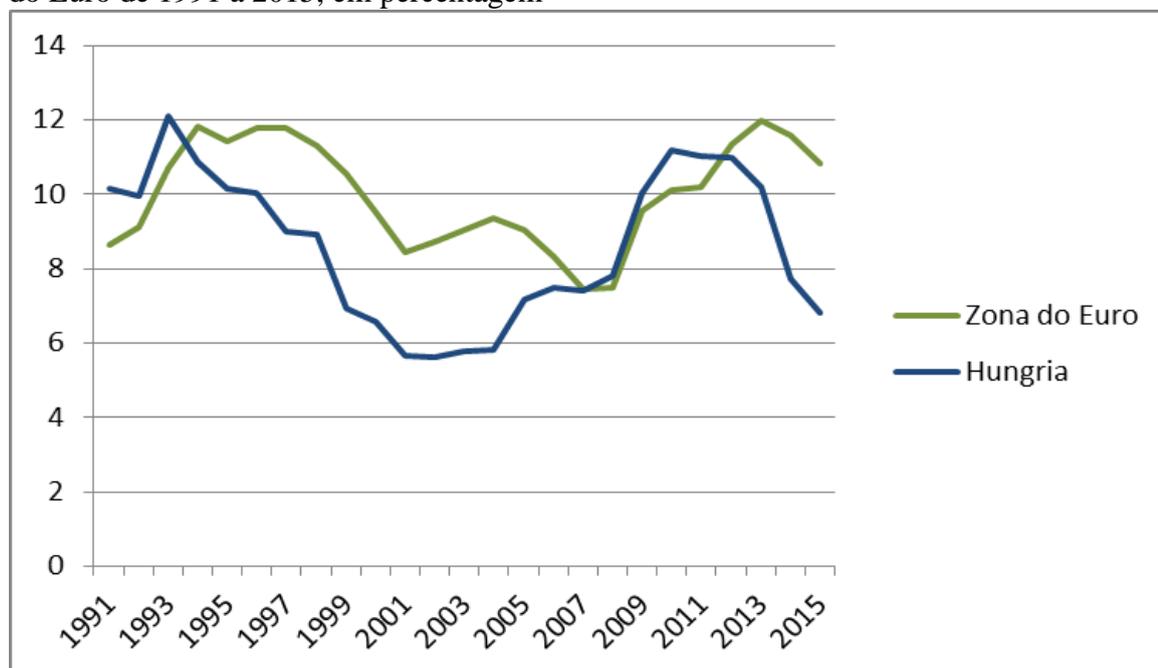
Fonte: World Bank Data, 2017. Elaboração da autora

Além de impactarem sobre o volume de investimentos estrangeiros que entraram no país, o processo de privatização na Hungria, aliado à entrada do país na EU, levaram a uma alteração na composição da demanda nacional por mão-de-obra: a procura de trabalhadores qualificados aumentou em relação à procura de trabalhadores não qualificados. Ao contrário de alguns outros países da CEE, a Hungria não adoptou um regime de privatização em massa, através do qual os ativos estatais foram distribuídos entre os seus cidadãos. Em vez disso,

vendeu seus ativos caso a caso para investidores, principalmente estrangeiros, o que levou a uma maior concorrência entre as empresas e gerou uma reestruturação e uma realocação maciças dos recursos entre as diferentes atividades. Durante este processo grande número de postos de trabalho, sobretudo os que se destinavam a funções consideradas de menor qualificação foram destruídos, enquanto que a busca por trabalhadores qualificados aumentou consideravelmente. Além disto, os novos proprietários investiram na tecnologia moderna, induzindo uma rápida mudança tecnológica, que também deslocou a procura de mão-de-obra para os trabalhadores qualificados¹⁴⁰.

É possível perceber na figura 8 que a taxa de desemprego na Hungria, durante a década de 1990, permaneceu em média 02 pontos percentuais mais baixa se comparada com a média registrada no mesmo período pelos países atualmente pertencentes à zona do euro. O processo de abertura do governo para uma economia de mercado teve, assim, grande impacto sobre a abertura de postos de trabalho. No entanto, tal tendência de queda registrado na última década do século XX foi revertida na década seguinte, passando de uma taxa de desemprego de 5,8% em 2004 para 11,2% em 2010. Isso se deu, pois, aumento da concorrência com as empresas do bloco europeu durante o período de crise levou ao fechamento de empresas locais e, conseqüentemente, ao fechamento de postos de trabalho.

FIGURA 8 - Taxa de Desemprego da Hungria em Comparação com os demais Países da Zona do Euro de 1991 a 2015, em percentagem



Fonte: World Bank Data, 2017. Elaboração da autora

¹⁴⁰ EEAG, 2012

Dados os esforços do governo para contornar os efeitos da crise, a economia é reaquecida e o nível de empregos volta a subir. No entanto, a queda da taxa de desemprego verificada nos três anos seguintes a 2012, saltando de 11% no mesmo ano para 6,8% em 2015, não foi suficiente para retomar o apoio político nacional em relação à União Europeia, já desgastado durante os anos de crise.

5.2 IMPACTOS POLÍTICOS

A erosão do apoio ao poder político no governo começou ainda antes da crise financeira e econômica global, entretanto, esta deteriorou ainda mais a situação econômica e política vivida internamente. Diante do cenário europeu de instabilidades econômicas durante o final da primeira década dos anos 2000, o campo político entrou também em pauta nas eleições parlamentares húngaras em 2010. Elevadas taxas de desemprego aliadas ao baixo crescimento do PIB nos anos anteriores, somados ao fato de que a Hungria foi um dos primeiros países da UE a ter de recorrer a um empréstimo do FMI, deterioraram o apoio popular ao governo socialista do MSZP, no poder desde 2002 em aliança com os democratas do SZDSZ. Dessa forma, nas eleições de 2010 o partido conservador Fidesz voltou ao poder com a maioria de dois terços das cadeiras do parlamento, transformando-se no partido de maior popularidade e, assim, foi capaz de manter sua posição de liderança do governo também nas eleições seguintes, em 2014, ambos os mandatos sob a regência de Viktor Orbán.

O horizonte político de 2010 demonstrou grandes tendências de mudanças no tocante ao posicionamento ideológico apoiado pela população. Não apenas o partido conservador de centro-direita Fidesz ganhou as votações parlamentares com grande maioria, como também o partido de extrema direita Jobbik¹⁴¹ conquistou – pela primeira vez – representatividade no parlamento, enquanto que os partidos de esquerda perderam significativa parcela de apoio e se viram fragmentados internamente. Além disso, os partidos ativos desde o início do processo de transição em 1990, o liberal SZDSZ e o conservador MDF perderam aprovação e encerraram suas atividades a partir de 2010¹⁴².

Como apontam Göncz e Lengyel (2016), pode-se notar uma mudança relevante quanto ao posicionamento do governo húngaro não apenas perante à participação do país na União Europeia como também em relação ao abandono dos discursos liberal e cooperativo para

¹⁴¹ Jobbik: sigla em Húngaro que significa Movimento por uma Hungria Melhor é o principal partido político de ideologia nacionalista radical em atividade na Hungria, desde 2003. O partido se descreve como "conservador e radicalmente cristão e nacionalista" e rejeita tanto o "capitalismo global", quanto a integração europeia e o sionismo.

¹⁴² GÖNCZ; LENGYEL, 2016

avançar em um caminho de maior autoritarismo e nacionalismo, a partir de 2010 com a reeleição de Orbán:

A mudança do contexto político e econômico resultou numa mudança significativa nos discursos públicos do país perante a União Europeia. Embora os benefícios econômicos da adesão da Hungria à UE não possam ser ignorados, a UE aparece cada vez mais num discurso simbólico, ao qual se atribui frequentemente um papel negativo, ou há uma dupla comunicação do partido governante com mensagens diferentes ao público húngaro e à Comunidade Internacional. [...] Mudanças fundamentais, incluindo nova constituição, nova lei de mídia, centralização de recursos, seguiram dois terços da maioria, que pôs fim ao período de democracia liberal consensual previsto durante a transformação pós-socialista. As elites governantes atuais descrevem o regime em termos de democracia iliberal, enquanto os críticos chamam a atenção para o clientelismo, o populismo e as características de um regime eleitoral autoritário. As opiniões do nacionalismo econômico e do intergovernamentalismo cresceram em popularidade e tornaram-se predominantes entre as elites húngaras (GÖNCZ; LENGYEL, 2016, tradução nossa).

Até 2010, a esmagadora maioria da elite política¹⁴³ húngara apoiava a unificação da União Europeia. Um sinal revelador da mudança de humor na definição da agenda política nota-se pelo fato de que a proporção de apoiadores caiu drasticamente dos dois terços registrados em 2006 para um quarto em 2014. Enquanto isso, a parcela daqueles que se opunha à unificação em 2014 é quase seis vezes maior do que costumava ser em 2009. Analisando as desagregações de acordo com a estrutura de cada partido, pôde-se perceber que o recém-emergente de extrema direita, Jobbik, é totalmente contra a unificação enquanto que o partido então no governo em 2015, FIDESZ, passou de apoiador no final da década de 1990 e início de 2000 para a posição de hesitante a oposto no período pós-crise. A opinião dos socialistas, por sua vez, permaneceu favorável, porém a proporção de apoio caiu significativamente¹⁴⁴.

Deste modo, é possível afirmar que o consenso político inicial sobre a necessidade da Hungria tornar-se membro da UE foi reduzido consideravelmente até 2014. Tais opiniões passaram a variar tanto no que concerne a integração do país à União como um todo, quanto à forma e/ou à intensidade com que esta integração se deu. As diferenças são mais visíveis, sobretudo, a partir de 2014. Os parlamentares eleitos na última eleição, sob o comando de

¹⁴³ As elites políticas fazem parte do contexto doméstico de cada país e podem influenciar a opinião pública, conforme afirma Rohrschneider (2002). Desta forma, elite nacional atua como atores-chave em decisões sobre questões como a UE, determinando desta forma não só a opinião pública sobre o assunto, mas também o futuro do processo de integração europeia.

¹⁴⁴ GÖNCZ; LENGYEL, 2016

Viktor Orbán e do partido Fidesz, tendem a comandar a gestão das políticas públicas menos ligados aos interesses comuns Europeus como um todo, enquanto que os representantes do partido anteriormente no poder – o MSZP – tendiam a governar de forma mais cooperativa, visando mais a solidariedade social e menos a competição econômica¹⁴⁵.

Complexo e pluralista. Dois adjetivos usados por Keohane e Nye para descrever o sistema internacional que podem também ser aplicados ao cenário em que se encontrou a Hungria no decorrer dos 25 anos de abertura do país ao capitalismo. A fragilidade econômica percebida durante o período de crise financeira em 2008 – e que motivou o ressurgimento de tendências políticas nacionalistas – não pode ser apontada como consequência apenas de fatores internos ou de fatores externos ao Estado. Ela foi, em realidade, fruto do entrelaçamento de ambas as esferas e, por conseguinte, tem impacto em ambas. Um planejamento fiscal pouco responsável aliado à autonomia que agentes transnacionais possuem sobre a movimentação de capitais estrangeiros dentro do território nacional é apenas um, dentre os diversos exemplos práticos que podem ser citados, de elementos que compuseram a conjuntura multifacetada dos anos 1990 e 2000.

É justamente neste sentido que o movimento de integração do país à União Europeia ganhou nuances um tanto quanto particulares. Se, por um lado, a adesão ao bloco acabou por aprofundar laços de dependência da Hungria em relação aos seus vizinhos; por outro, ela trabalhou no sentido de modernizar os sistemas institucionais do país e ser fonte de aporte regulatório e monetário em períodos de estagnação. A EU trouxe consigo uma gama extensa de temas e uma multiplicidade de canais formais e informais que atenuaram a linha que separava os conceitos de “doméstico” e “internacional”. Diante disso, a Hungria se viu exposta a instabilidades iniciadas em outros países que assim poderiam causar impactos de maior ou menor grau de acordo com o nível de dependência – ou em outras palavras, de vulnerabilidade – entre ambos. É correto afirmar, como isso, que a Hungria encontrou-se em uma posição assimétrica em relação a alguns Estados-Membros desde o início de sua participação no bloco; no entanto, pôde-se perceber que o momento decisório de adesão, assim como, as consequentes ações no sentido de cumprir os diversos critérios exigidos pelos tratados de participação, promoveram um transbordamento das vantagens competitivas associadas à participação econômica e política do mesmo que sobrepuseram os custos assumidos.

¹⁴⁵ GÖNCZ; LENGYEL, 2016

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O final do século XX foi marcado por inúmeras mudanças no tocante ao surgimento de novas tendências em relação à forma como o sistema internacional se organiza. O fim da Guerra Fria e, conseqüentemente, a queda das barreiras ideológicas que limitavam a interação econômica e política dos países para além das fronteiras delimitadas pelos grandes polos de influência – Estados Unidos e OTAN do lado capitalista e União Soviética e o Pacto de Varsóvia para os comunistas – abriram caminhos para que os países expandissem seu raio de interações. Tais interações, no entanto, ganharam novas facetas a partir deste período; isto é, elas não mais se restringiam unicamente à esfera do Estado como ator isolado do SI. O avanço tecnológico e a difusão dos meios de comunicação possibilitaram o aprofundamento do processo de internacionalização da produção, do capital, do trabalho e de outras esferas uma vez consideradas – sobretudo pelos autores do Realismo Clássico – de cunho exclusivamente doméstico.

É justamente diante deste cenário de abertura de fronteiras e reconfiguração da ordem mundial pós Guerra Fria que os conceitos trazidos pelo que ficou conhecido como disciplina de Economia Política Internacional a partir da década de 1970 ganham forma e sentido. Problematizou-se então, a perda relativa de importância dos mais antigos atores clássicos das Relações Internacionais, isto é, os Estados, diante surgimento de novos atores a articularem-se dinamicamente no SI. Corporações transacionais, organizações não governamentais, a opinião pública e uma série de outros agentes passaram então a desafiar as noções clássicas de balança poder ao confundir os limites entre o que é doméstico e o internacional, entre o Estado e o Mercado.

A globalização – como ficou conhecido tal processo de internacionalização – possibilitou a criação de múltiplos canais, formais ou informais, para a discussão de uma extensa variedade de temas que acabaram por tornar a definição das agendas internacionais mais pluralista. Neste sentido, a Teoria da Interdependência Complexa vem para complementar a análise ao apontar como todos estes fatores acabam por aprofundar as relações entre os Estados a um nível de dependência mútua que restringe o uso da força e incentiva a cooperação e a integração para resolver tensões e disputas entre os atores.

É justamente neste sentido, que iniciativas de integração regional, como a União Europeia, ganharam força entre meados do século XX e início do século XIX. Ao optarem pela integração, os Estados buscam vantagens tanto no setor econômico, como por exemplo,

expandir seus parceiros comerciais com acesso a tratamentos tarifários preferenciais; quanto no setor político, a fim de fortalecer as defesas e a política nacional perante a comunidade internacional. No entanto, tais relações de interdependência, muito frequentemente, não se dão em patamares de total equidade, gerando assimetrias essenciais para determinar o grau de vulnerabilidade de um Estado diante dos demais participantes do processo de negociação. Nesse sentido, os processos de alargamento pelos quais passou a UE entre 1973 e 2013, apesar de exigirem o cumprimento de uma série de requisitos básicos para finalizar o processo de adesão, criaram um cenário mais heterogêneo dentro do bloco, contando com países de diferentes contextos históricos e níveis de desenvolvimento econômico distintos.

Assim, a Hungria, país membro desde 2004, é exemplo claro de tais relações de vulnerabilidade dentro do contexto internacional interdependente. Ao final dos anos 1980, o país deu início ao processo de redemocratização consideravelmente mais bem preparado, em termos de instituições e aportes necessários para a adoção do livre-mercado, se comparado aos demais países da região centro-leste da Europa. Classificada como uma das economias mais liberais e avançadas do antigo bloco soviético, no entanto, a Hungria ainda sim recebeu com bastante fragilidade o acirramento da competição econômica mundial a partir do final da Guerra Fria. Se a expansão do processo de mundialização da produção por um lado, abriu novos mercados e ramos de negócio, por outro, ela aumentou a volatilidade do capital financeiro. Dessa forma, o crescimento econômico visto durante a década de 1990, e, sobretudo, durante o início da década de 2000, proveniente dos processos de privatização – em sua maioria negócios fechados com compradores estrangeiros – e aproximação com a UE – refletida em aumento da confiança dos investidores internacionais – não se sustentou durante a crise fiscal e monetária de 2008.

Decorrente também de governos pouco responsáveis em termos fiscais, a vulnerabilidade econômica húngara representou uma queda de onze pontos percentuais na taxa anual de crescimento das riquezas do país, passando de uma expansão de 5% do produto interno bruto no ano de 2004, para um déficit de 10,9 bilhões de dólares em 2008 e uma taxa de crescimento de -6,5% em 2009. Diante disto, a Hungria foi um dos primeiros países a solicitar auxílio financeiro ao Fundo Monetário Internacional e à União Europeia na tentativa de contornar os efeitos da crise. Porém, tamanha instabilidade refletiu sobre o posicionamento das elites políticas nacionais. As reações positivas em relação ao processo de adesão do país à UE foram parcialmente substituídas por tendências nacionalistas e de desconfiança em relação ao processo de aprofundamento dos limiares da integração regional. Desta maneira, conclui-

se, portanto, que, por mais que a entrada o país na União Europeia tenha se dado em um cenário de assimetrias inegáveis, o bloco tendeu a fornecer mais vantagens à Hungria tanto no curto quanto no longo prazo – seja pela ajuda dos fundos monetários, seja pela exigência do cumprimento de requisitos determinados pelos tratados-base que promoveram a modernização institucional ou pelo acesso a mercados preferenciais – do que desvantagens. No entanto, perante a um cenário de instabilidade econômica profunda, optou-se por uma postura política que aproxima-se dos discursos nacionalistas autoritários que, no curso da história, já se mostraram bastante perigosos não apenas para o contexto europeu, como para todo o contexto mundial.

REFERÊNCIAS

AGH, ATTILA. The EU Accession And ECE Parliaments: A Hungarian Approach. **German Policy Studies**, vol. 2, no. 1, p. 63-85, jan. 2002. Disponível em: Academic OneFile, go-galegroup.ez46.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?p=AONE&sw=w&u=capes&v=2.1&it=r&id=GALE%7CA83678473&asid=737e672d6eb076147e9334999aa4dba8. Acesso em: 13 maio 2017.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A economia internacional no século XX: um ensaio de síntese. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 44, n. 1, p.112-136, jun. 2001. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-73292001000100008>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292001000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 maio 2017.

ANDERSON, L.; LEWIS-BECK, M.s.; STEGMAIER, M.. Post-Socialist Democratization: A Comparative Political Economy Model Of The Vote For Hungary And Nicaragua. **Electoral Studies**, Florida, v. 22, n. 4, p.469-484, fev. 2003. Disponível em: <www.sciencedirect.com/science/article/pii/S026137940200094>. Acesso em: 02 maio 2017.

ARIKAN, HARUN. A failure of Europeanization? The case of Hungary. **Revista de Stiinte Politice**, no. 33-34, p. 154-164, 2012. Disponível em: Academic OneFile, go-galegroup.ez46.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?p=AONE&sw=w&u=capes&v=2.1&it=r&id=GALE%7CA293544845&asid=fce44e56ee25864a260a4befdd629e31. Acesso em: 13 maio 2017

BANZATTO, Arthur Pinheiro de Azevedo. As interconexões entre o global e o local: governos subnacionais nas Relações Internacionais. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p.7-25, ago. 2016. DOI: 10.5752/P.2317-773X.2016v4.n1.p7.

BARROS, Sebastião do Rego. A Revolução de Outubro: 80 anos. **Estudos Avançados**, São Paulo , v. 12, n. 32, p. 19-36, Apr. 1998 . <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141998000100003>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 maio 2017.

BUNCE, Valerie; CSANÁDI, Mária. Uncertainty in the Transition: Post-communism in Hungary. **East European Politics & Societies**,[S.I.], v. 7, n. 2, p.240-275, 1 mar. 1993. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0888325493007002003>.

BUTLER, Eamonn. Hungary and the European Union: The political implications of societal security promotion. **Europe-asia Studies**, [s.l.], v. 59, n. 7, p.1115-1144, nov. 2007. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09668130701607102>.

CADEMARTOR, Luiz Henrique Urquhart; SANTOS, Priscilla Camargo. A Interdependência Complexa e a Questão dos Direitos Humanos no Contexto das Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Direito**, [s.i], v. 2, n. 12, p.71-81, jul. 2016. DOI: 10.18256/2238-0604/revistadedireito.v12n2p71-81

CASTRO, Thales. **TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. 580 p.

CAVUSGIL, S. T.; KNIGHT, G.; RIESENBERGER, J. R. **Negócios internacionais: Estratégia, Gestão E Novas Realidades**. São Paulo: Pearson, 2010.

COHEN, Benjamin J.. **International Political Economy: An Intellectual History**. Princeton: Princeton University Press, 2008. 197 p.

COSTA, William. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS FRENTE A GLOBALIZAÇÃO. **IDEA**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p.1-15, jan. 2011. Semestral.

COX, Terry; FURLONG, Andy (Org.). **Postcommunist States and Nations: Hungary: The Politics of Transition**. 3. ed. Londres: Frank Cass, 2016. 224 p.

EEAG, 2012, The Hungarian Crisis. **The EEAG Report on the European Economy**, CESifo, Munich 2012, pp. 115–130. Disponível em: <<https://www.cesifo-group.de/portal/pls/portal/docs/1/1213659.PDF>>. Acesso em: 19 maio 2017.

ÉLTETÖ, Andrea; INOTAI, András; MEISEL, SÁndor. Hungarian trade and trade policy toward integration into the european unio. **Russian And East European Finance And Trade**, [S.I], v. 36, n. 2, p.42-62, mar. 2000.

EUROPEAN COMMISSION. **Financial assistance to Hungary**. 2016. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/economic-and-fiscal-policy-coordination/eu-financial-assistance/>>. Acesso em: 15 maio 2017.

FERREIRA, Ana Cristina. GLOBALIZAÇÃO: Rumo a um governo mundial ou uma nova forma de cidadania?. **Ciari: Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais**, Lisboa, v. 1 , p.1-15, maio 2006. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/images/stories/tecnicas_comunicacao_em_portugues/portugues_nas_relacoes_internacionais/As_diferentes_vertentes_da_globalizacao_II.pdf>. Acesso em: 15 maio 2017.

FIORI, José Luís; *Economia Política Internacional e Teoria das Relações Internacionais*, 2005, São Paulo. **Semana de Economia Política Internacional**: Centro Acadêmico Guimarães Rosa. São Paulo: USP, 2008. 20 p. Disponível em: <<https://chacombolachas.wordpress.com/2008/03/08/economia-politica-internacional-e-teoria-das-relacoes-internacionais/>>. Acesso em: 15 maio 2017.

FRAZÃO, António José Ferreira. **Energia e Interdependência: A União Europeia e a Rússia no jogo energético europeu**. 2011. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994. p. 207.

GILPIN, Robert. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. 492 p.

GÖNCZ, Borbála; LENGYEL, György. Changing Attitudes of Hungarian Political Elites Towards the EU (2007-2014). **Historical Social Research: National Political Elites and the**

Crisis of European Integration, Budapeste, v. 41, n. 4, p.106-128, nov. 2016. DOI: 10.12759/hsr.41.2016.4.106-128. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/44062865.pdf?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 29 abr. 2017.

HALL, Peter A.. The Euro Crisis And The Future Of European Integration. **The Economic Foundations Of The European Project**, Madrid, v. 1, n. 1, p.47-67, fev. 2016. Disponível em: <https://scholar.harvard.edu/files/hall/files/hall2016_insrchofeur.pdf>. Acesso em: 28 maio 2017.

HERZ, Mônica. Teoria das Relações Internacionais no PósGuerra Fria. **SciELO**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p.1-13, fev. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152581997000200006>. Acesso em: 15 maio 2017.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S.. Power and Interdependence. **The Mit Press**, Cambridge, Ma, v. 41, n. 4, p.725-753, out. 1987. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2706764> .>. Acesso em: 12 abr. 2017.

KEOHANE, Robert Owen; NYE, Joseph S.. Globalization: What's New? What's Not? (And So What?). **Foreign Policy**, n 118, p. 104-119, mar, 2000.

KESZTHELYI, Chirstian. Hungary's economy heavily depends on EU funds, study finds. **The Budapest Business Journal**. Budapeste, p. 1-5. 30 mar. 2017. Disponível em: <https://bbj.hu/economy/hungaryseconomyheavilydependseufundsstudyfinds_130880>. Acesso em: 16 maio 2017.

LIVITZ, Inna. Monumental Politics: the Symbolic Political Discourse in Postcommunist Hungary. **Harvard University**, Cambridge, Ma, v. 1, n. 1, p.274-285, 2006. Adviser: Dr. György Tilcsik.

MAGYARICS, Tamás. A HUNGRIA E O SUDESTE DA EUROPA. **International Relations Quarterly**, Oxford Academic, v. 1, n. 1, p.30-32, mar. 2010. Tradução: Luca Karafiáth.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia científica**. ed. 5. São Paulo: Atlas S.a., 2003. Disponível em: <http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india>. Acesso em: 25 ago. 2016.

MARIANO, Karina L. P.. O NEOLIBERAL INSTITUCIONALISMO: um modelo teórico para a integração regional. **Cadernos Cedec**, São Paulo, v. 50, n. 1, p.4-30, jul. 1995. Disponível em: <http://www.cedec.org.br/files_pdf/cad50.pdf>. Acesso em: 28 maio 2017.

MARTINELLI, Marcelo. **Atlas Geográfico: Natureza e Espaço da Sociedade**. São Paulo. Ed. do Brasil, 2003

MATOLCSY, György; PALOTAI, Dániel. The interaction between fiscal and monetary policy in Hungary over the past decade and a half. **Financial And Economic Review**, Budapeste, v. 2, n. 15, p.5-32, jun. 2016.

MEARSHEIMER, John J.. Back to the Future: Instability in Europe after the Cold War. **International Security**, [s.l.], v. 15, n. 1, p.5-56, 1990. JSTOR.
<http://dx.doi.org/10.2307/2538981>.

MELLO, Valérie de Campos. Globalização, regionalismo e ordem internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p.157-181, 1999

MIGLIOLI, Jorge. O colapso soviético e os movimentos socialistas. **Cadernos Ael: Arquivo Edgard Leuenroth**, Campinas, v. 2, n. 8, p.50-62, jul. 1995. Disponível em:
 <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2429/1841>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

MOREIRA, Edison Marques. Um olhar para a crise do PIIGS. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p.716, jun. 2010. Disponível em:
 <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/2442/2821>>. Acesso em: 13 set. 2015.

OECD, 2002, Macroeconomic Management. **OECD Economic Surveys: Hungary 2002**, OECD Publishing, Paris. DOI: http://dx.doi.org/10.1787/eco_surveys-hun-2002-4-en
 Disponível em: <http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/economics/oecd-economic-surveys-hungary-2002/macroeconomic-management_eco_surveys-hun-2002-4-en#.WSKm9OuGPIU#page8>. Acesso em: 22 maio 2017.

ORESKOVIC, Raoul. ECONOMIC TRANSITION IN THE CZECH REPUBLIC AND HUNGARY: TWENTY YEARS LATER. In: NEW YORK UNIVERSITY SEMINAR, 49., 2012, Nova Iorque. **Seminário**. Nova Iorque: New York University, 2012. p. 1 - 26.
 Disponível em: <<http://econ.as.nyu.edu/docs/IO/28042/EconomicTransition.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

PATRÍCIO, Raquel. **A Teoria das Relações Internacionais e as Teorias da Integração Europeia**. 2006. Disponível em:
 <<http://euroiscsp.blogspot.co.uk/2006/12/teoriadasrelaesinternacionaiseas.html>>. Acesso em: 15 maio 2017.

PEREIRA, Guilherme Henrique Carletti Alves; CINTRA, Rodrigo. ESPANHA E UNIÃO EUROPEIA: Análise da interdependência e as consequências da crise 2008-2013. In: 3 SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA ESPM, 3., 2014, São Paulo. **Anais**. São Paulo: ESPM-SP, 2014. p. 1 - 19.

ROBINSON, William. **A Theory of Global Capitalism: Production, Class and State in a Transnational World**. 2. ed. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2007.

Rohrschneider, Robert R. The Democracy Deficit and Mass Support for an EU-wide Government. **American Journal of Political Science** v. 46, n. 2, p. 463-75, jun. 2002.

RODRIGUES, Noeli. Teoria da Interdependência: os conceitos de sensibilidade e vulnerabilidade nas Organizações Internacionais. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 3, n. 2, p.107-116, abr. 2014. Trimensal.

SATO, Eiti. A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 138-169, June 2000. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000100007&lng=en&nrm=iso>. access on 14 June 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292000000100007>.

SOUZA, Igor Viveiros de; MACHADO, Ana Flávia. Curva de rendimentos: uma análise no mercado de trabalho urbano e rural no Brasil (1981/ 99). **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 42, n. 1, p. 35-54, Jan. 2004. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032004000100002>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032004000100002&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 13 de jun. de 2017.

SPRAGUE-JONES, Jessica. Extreme rightwing vote and support for multiculturalism in Europe. **Ethnic And Racial Studies**, [s.l.], v. 34, n. 4, p.535, abr. 2011. Informa UK Limited. DOI: 10.1080/01419870.2010.512665.

STRANGE, Susan. International Economics and International Relations: A Case of Mutual Neglect. **International Affairs**, [s.l.], v. 46, n. 2, p.304-315, abr. 1970. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.2307/2613829>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2613829?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 02 maio 2017.

SUNY, Ronald Grigor. ASCENSÃO E QUEDA DA UNIÃO SOVIÉTICA: O IMPÉRIO DE NAÇÕES. **Lua Nova**, São Paulo, v. 75, n. 1, p.77-98, abr. 2008. Tradução de André Villalobos. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n75/05.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

TÖKÉS, Rudolf. Political Transition and Social Transformation in Hungary. **Fundació Cidob: Afers Internacionals**, University Of Connecticut, v. 34-35, n. 1, p.79-101, fev. 1996. Disponível em: <<http://www.cidob.org/content/download/58642/1523643/version/1/file/34-35tokes.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

UNGVÁRY, Krisztián. Hungary and the European Union 1989-2014: a Success Story?. **Heinrich Boll Stiftung: European Union**, [s.i.], v. 1, n. 1, p.1-13, 28 out. 2014. Disponível em:<https://eu.boell.org/sites/default/files/uploads/2014/10/hungary_and_the_european_unio_n.pdf>. Acesso em: 04 maio 2017.

WATT, Andrew. The Economic And Financial Crisis in Europe: Addressing The Causes And The Repercussions. **European Trade Union Institute**. [s.i.], p. 1-23. dez. 2008. Disponível em: <<http://mpra.ub.uni-muenchen.de/12337/>>. Acesso em: 20 out. 2015.

WEILAND, Cristhofer. **A INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA DENTRO DO MERCOSUL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O BRASIL**. 2012. 87 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2012.

WORLD BANK DATA. **Hungary**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/country/hungary>>. Acesso em: 06 mar. 2017.